



## EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023

PROCESSO Nº 2023/0019334

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS CONDICIONADORES DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL E SPLIT CASSETE, TODOS COM TECNOLOGIA INVERTER, E FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA COM REDES DE DUTOS DE INSUFLAÇÃO DE AR, INCLUINDO A RETIRADA PARCIAL E POSTERIOR MONTAGEM DE FORROS ATUALMENTE INSTALADOS EM DOIS ESPAÇOS OCUPADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - DPESP - EM SUA SEDE ADMINISTRATIVA (SERVIÇOS COMUNS)

### ÍNDICE

#### PREÂMBULO

1. DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA LICITAÇÃO
2. DO OBJETO
3. DO VALOR REFERENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO
4. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATÓRIO
5. DA PARTICIPAÇÃO
6. DAS PROPOSTAS
7. DA HABILITAÇÃO
  - 7.1. EXIGÊNCIAS LEGAIS
    - 7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA
    - 7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA
    - 7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
    - 7.1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES
    - 7.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
  - 7.2. DISPOSIÇÕES GERAIS
8. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO
9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
10. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO
11. DA GARANTIA CONTRATUAL
12. DA CONTRATAÇÃO
13. DOS PRAZOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
14. DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO
16. DO PAGAMENTO
17. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO
18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 058/2023

PROCESSO nº 2023/0019334

OFERTA DE COMPRA nº 420030000012023OC00150

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 01/12/2023

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/12/2023 - ÀS 10h.

#### PREÂMBULO

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, através da **Coordenadoria Geral de Administração - CGA** nos termos da competência prevista no artigo 60, da Lei Complementar Estadual nº 988, de 09 de janeiro de 2006, e no artigo 7º, inciso I, do Ato Normativo DPG nº 100, de 23 de outubro de 2014, neste ato representada pelo **Diretor Técnico do Departamento de Licitações da CGA** Jorge Henrique Menneh, torna público que se acha aberta nesta unidade licitação na modalidade **PREGÃO**, cujo processamento ocorrerá por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo ("Sistema BEC/SP"), com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, tendo como critério de julgamento o menor preço **GLOBAL** e regime de execução de empreitada por preço **GLOBAL**.

As propostas deverão obedecer às especificações do instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo ("CAUFESP").

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), no dia e hora mencionados no cabeçalho do Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no Sistema BEC/SP pela autoridade competente.

#### 1. DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA LICITAÇÃO

1.1. O certame será regido pelas disposições normativas abaixo indicadas, inclusive com relação às sanções nelas previstas, sem prejuízo das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie:

- a) Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- b) Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações posteriores, inclusive da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 (doravante simplesmente designada como “Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”);
- c) Decreto Estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, que regulamenta a utilização do pregão eletrônico;
- d) Ato Normativo DPG nº 237, de 25 de março de 2023, que disciplina os procedimentos voltados ao processo administrativo sancionatório, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências;
- e) Ato Normativo DPG nº 100, de 23 de outubro de 2014, que disciplina os procedimentos voltados à aquisição de bens e à contratação de obras ou serviços, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, alterado pelo Ato Normativo DPG nº 223, de 27 de setembro de 2022;
- f) Ato Normativo DPG nº 239, de 17 de abril de 2023, que dispõe sobre o marco temporal para realização de procedimentos licitatórios ou contratações diretas, fundamentados nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo;
- g) Ato Normativo DPG nº 194, de 31 de maio de 2021, que dispõe sobre a instituição do Sistema Eletrônico de Informações – SEI - no âmbito da Defensoria Pública do Estado, alterado pelo Ato Normativo DPG nº 220, de 9 de setembro de 2022.

1.2. Aplicar-se-á subsidiariamente, no que couberem, as seguintes disposições:

- a) Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, que regulamenta a modalidade pregão;
- b) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as posteriores alterações;
- c) Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, com as posteriores alterações.

## 2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o fornecimento e instalação de sistemas condicionadores de ar do tipo split hi-wall e split cassete, todos com tecnologia inverter, e bem como fornecimento e instalação de sistemas de ventilação mecânica com redes de dutos de insuflação de ar, incluindo a retirada parcial e posterior montagem dos forros atualmente instalados em dois espaços ocupados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPESP - em sua sede administrativa (**Anexo I do Edital**).

## 3. DO VALOR REFERENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. O valor máximo de referência para a contratação é de R\$ 209.337,76 (duzentos e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).

3.2. A despesa onerará os recursos orçamentários e financeiros no Programa de Trabalho 03.092.4200.5798.0000, Elemento 33.90.39-80 e Fonte de Recursos 176.020.002 da Unidade Gestora 420030.

## 4. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

4.2. Os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do Sistema BEC/SP, encontrados na opção EDITAL e serão respondidos pelo Pregoeiro que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

4.3. As impugnações também serão formuladas em campo próprio do Sistema BEC/SP, encontrados na opção EDITAL, e serão decididas pela Coordenadora Geral de Administração, após manifestação do Pregoeiro, e respondidas pelo subscritor do Edital no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

4.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital de modo a afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

4.5. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do Pregão.

4.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como às impugnações eventualmente feitas, constarão no campo próprio no Sistema BEC/SP.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Pública, observados os seguintes requisitos:

- a) estar registrado no CAUFESP, em atividade econômica compatível ao seu objeto;
- b) ter ramo de atividade pertinente ao objeto do certame;
- c) ser detentor de senha para participar de procedimentos eletrônicos;
- d) ter credenciado o seu representante, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

5.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizarão a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

5.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).

5.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à dispensa de licitação, convite e pregão eletrônico.

5.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

5.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 8.7, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista, previsto na alínea “f”, do subitem 8.10, do Edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

5.7. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

5.7.1. que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Súmula TCE nº51);

5.7.2. que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

- 5.7.3. que possuam vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º, da Lei Federal nº 8.999, de 21 de junho de 1993;
- 5.7.4. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- 5.7.5. que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.7.6. que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011;
- 5.7.7. que estejam impedidas ou proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção de interdição temporária de direitos ou restritiva de direito, decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos dos artigos 10 e 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- 5.7.8. que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, alterado pela Lei Federal nº 14.230/2021;
- 5.7.9. que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993;
- 5.7.10. que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012;
- 5.7.11. empresas que tiveram sua falência decretada.

## 6. DAS PROPOSTAS

- 6.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), na opção PREGÃO-ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação na íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
- 6.2. A proposta deverá ser ofertada em formulário eletrônico próprio e conter:
- preço total para a prestação dos serviços, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
  - nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos que causem impacto no custo operacional, como por exemplo: embalagens, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços objeto da presente licitação, de forma a constituir na única e total contraprestação a ser paga pela DPESP;
  - prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da apresentação;
- 6.3. Não será admitida cotação em quantidade inferior à prevista no Edital.
- 6.4. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto da licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.
- 6.5. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.
- 6.6. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.
- 6.7. Na ausência de indicação expressa ou indicação com prazo menor do que a prevista no **Anexo II do Edital** o prazo de validade da proposta será considerado como 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua apresentação.
- 6.8. A proponente deverá apresentar "Atestado de Visita Técnica" fornecido pelo representante da Defensoria, conforme modelo constante no **Anexo X do Edital**, caso tenha realizado a visita, nos seguintes termos:
- A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação, permitindo às interessadas colher as informações e subsídios que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que a própria interessada julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.
  - Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessada considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada, conforme o item 2.5 do Termo de Referência (**Anexo I do Edital**).
  - Competirá a cada interessada, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.
  - A visita não é obrigatória, mas a proponente não poderá pleitear, em hipótese alguma, modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o local em que será executado o objeto da contratação.

## 7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 8.10, do Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

### 7.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- registro empresarial perante a Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada - SLU;
- ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades empresárias ou cooperativas, devendo o estatuto no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690, 19 de julho de 2012;
- documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, no caso de sociedades empresárias ou cooperativas;
- ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas no caso de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- decreto de autorização no caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- ata de nomeação ou do instrumento de procuração que outorgue poderes à pessoa que representará a empresa na contratação;
- documento oficial de identificação do representante da licitante, válido em todo território nacional, que contenha foto;
- registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107, da Lei Federal nº 5.764, de 14 de julho de 1971, no caso de cooperativas.

### 7.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

- c) provas de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal relativas ao domicílio ou à sede da licitante, mediante a apresentação de:
- c.1) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
  - c.2) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado;
  - c.3) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).
- d) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

### 7.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual. No caso de sociedade simples, deverá ser apresentada certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

- a.1) Se a licitante estiver em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- a.2) Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada na alínea “a” acima, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

### 7.1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.1.4.1. Deverão ser apresentadas as seguintes declarações, assinadas pelo representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado:

a) Declaração conjunta (**Anexo IV do Edital**) de que:

- se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto Estadual nº 42.911, de 06 de março de 1998;
- atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467 de 13 de julho de 2017;
- inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;
- está ciente das implicações da existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo (“CADIN ESTADUAL”);

b) Declaração de que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, ao Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e ao Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023 (**Anexo V do Edital**);

c) Declaração de que se enquadra como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), se o caso (**Anexo VI do Edital**);

d) Declaração de que atende às disposições da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, no caso de cooperativas (**Anexo VII do Edital**);

e) Declaração de que o estatuto se adequa à Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do artigo 3º, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, no caso de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007 (**Anexo VIII do Edital**);

f) Declaração de que possui engenheiro mecânico e engenheiro elétrico capacitados em sua equipe para serem os responsáveis técnicos pelos serviços de fornecimento e instalação de equipamentos condicionadores de ar iguais ou similares aos apresentados no item 3 do Termo de Referência (**Anexo I do Edital**).

7.1.4.2. Sem prejuízo das declarações exigidas nas alíneas “c” e “e” do item 7.1.4.1 e admitida a indicação, pela licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, será comprovada da seguinte forma:

- a) se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
- b) se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- c) se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II, do *caput*, do artigo 3º, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

### 7.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.5.1. A proponente deverá apresentar registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), indicados na declaração constante do item 7.1.4.1, alínea f do Edital, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove ramo de atividade relacionada com o objeto, em plena validade.

7.1.5.2. A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de aparelhos fornecidos e serviços realizados, com indicação das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;

7.1.5.2.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que a empresa prestou os serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação.

7.1.5.2.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

### 7.2. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 7.1.4 do Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

7.2.3. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 7.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

7.2.4. A licitante que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal e trabalhista seja exigida no Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### 8. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

8.1. No dia e horário previstos no Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo Sistema BEC/SP, na

forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

**8.2.** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**8.2.1.** Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) que não atendam ao especificado no item 6.2 do Edital;
- d) apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 5.7 do Edital;
- e) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- f) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório;

**8.2.2.** A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

**8.2.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

**8.2.4.** O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo Sistema BEC/SP, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

**8.3.** O critério de julgamento será o de menor preço global.

**8.4.** Nova grade ordenatória será divulgada pelo Sistema BEC/SP, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

**8.5.** Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

**8.5.1.** A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do Sistema BEC/SP.

**8.5.2.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de R\$ 1.046,00 (um mil e quarenta e seis reais), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

**8.5.2.1.** A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o valor global, conforme critério de julgamento previsto no item 8.3, do Edital.

**8.5.3.** A etapa de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos.

**8.5.3.1.** A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema por mais 3 (três) minutos, visando a continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 8.5.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

**8.5.3.2.** Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 8.5.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no Sistema BEC/SP, do último lance que ensejar prorrogação.

**8.5.4.** No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo Sistema BEC/SP:

- a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no Sistema BEC/SP e respectivos valores;
- b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

**8.5.5.** A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 8.5.3.

**8.6.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

**8.7.** Com base na classificação a que alude o subitem 8.6, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, preferência na contratação, observadas as seguintes regras:

**8.7.1.** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

**8.7.1.1.** A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver empate na condição prevista no subitem 8.7.1.

**8.7.2.** Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 8.7.1.

**8.7.3.** Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8.6 seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

**8.8.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 8.7.1 e 8.7.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8.6, mediante troca de mensagens abertas no Sistema BEC/SP, com vistas à redução do preço.

**8.9.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.

**8.9.1.** A aceitabilidade dos preços deverá ser aferida a partir dos preços praticados no mercado, vigentes na data da apresentação das propostas e apurados pela Administração por ocasião da formação de seu valor referencial.

**8.9.1.1.** Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

**8.9.2.** Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II do Edital**, contendo o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

**8.9.2.1.** O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

**8.9.2.2.** A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II do Edital**.

**8.9.3.** Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 8.9.2, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro, que fará a negociação com a próxima licitante da grade ordenatória com a classificação final de que trata o item 8.6.

**8.10.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, existentes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 7, do Edital.

b) Caso os dados e informações existentes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 7, do Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.

**b.1)** Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a

habilitação, preferencialmente pelo protocolo digital através do endereço eletrônico [documentosdli@defensoria.sp.def.br](mailto:documentosdli@defensoria.sp.def.br)

**c.1)** Sem prejuízo do disposto nas alíneas anteriores, serão apresentadas, **obrigatoriamente**, por correio eletrônico, as declarações aludidas no subitem 7.1.4 do Edital, e as comprovações de qualificação técnica.

**d)** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 8.10. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

**e)** Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” (exceto aqueles documentos eletrônicos cuja autenticidade já tenha sido aferida nos respectivos sítios dos órgãos emissores tais como FGTS, CNDT, entre outros), deverão ser apresentados por meio de Protocolo Digital ou Correspondência:

- **PROCOLO DIGITAL:** encaminhamento ao endereço eletrônico [documentosdli@defensoria.sp.def.br](mailto:documentosdli@defensoria.sp.def.br) com número do Pregão Eletrônico e do Processo SEI.

- **CORRESPONDÊNCIA:** correio com AR, Sedex ou Remessa Expressa, endereçado ao Departamento de Licitações da CGA, com o número do Pregão Eletrônico e do Processo SEI, localizado na Rua Líbero Badaró, nº 616, 5º andar, Centro, São Paulo/SP – CEP 01008-000.

**Prazo para envio:** até 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública, prorrogáveis por igual período a contar da data de comunicação do/a Pregoeiro/a, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis;

**e.1)** os documentos eletrônicos produzidos e assinados digitalmente, com a utilização de processo de certificação disponibilizada pelo ICP-Brasil (como as declarações aludidas no subitem 7.1.4), nos termos da legislação vigente, serão recebidos como documentos originais;

**e.2)** a apresentação de documentos pessoais digitais (como e-CNH, e-RG, e-CPF), desde que apresentados juntamente com o QR-code, bem como as certidões e documentos eletrônicos cuja autenticidade já tenha sido aferida nos respectivos sítios dos órgãos emissores (tais como FGTS, CNDT, entre outros), serão recebidos como documentos originais.

**f)** Para habilitação de microempresas, de empresas de pequeno porte ou de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 7.1.2, do Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

**g)** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**h)** Por meio de aviso lançado no Sistema BEC/SP, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio Sistema BEC/SP para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

**8.11.** A licitante habilitada nas condições da alínea “f”, do subitem 8.10, deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**8.12.** A comprovação de que trata o subitem 8.11, deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**8.13.** Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do subitem 8.10, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observado o prazo previsto no subitem 8.12, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 8.11 e 8.12.

**8.14.** Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 8.11 e 8.12, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 8.12.

**8.15.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 8.11 a 8.14, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 8.6, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## 9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

**9.1.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 8.11 a 8.14, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no Sistema BEC/SP, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no Sistema BEC/SP.

**9.2.** Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem 9.1, o Pregoeiro, por mensagem lançada no Sistema BEC/SP, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, prazo este que começará a contar do término do prazo para apresentações de memoriais, em ambos os casos, no sítio [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), opção recurso.

**9.3.** A falta de interposição na forma prevista no subitem 9.1, importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame, ao vencedor, na própria sessão, encaminhando o processo à autoridade competente, para a homologação.

**9.4.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.5.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

**9.6.** A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

## 10. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

**10.1.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema BEC/SP.

**10.2.** A desconexão do Sistema BEC/SP com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

**a)** fora da etapa de lances, a sua suspensão e seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

**b)** durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

**10.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 11. DA GARANTIA CONTRATUAL

**11.1.** A autoridade competente dispensou a prestação de garantia para execução dos serviços objeto da presente contratação.

## 12. DA CONTRATAÇÃO

**12.1.** A contratação decorrente da licitação será formalizada mediante instrumento de contrato, cuja minuta integra o Edital como Anexo IX.

**12.1.1.** Se, por ocasião da contratação, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, indicadas no subitem 7.1.2, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**12.1.2.** Se não for possível a atualização por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 12.1.1, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**12.2.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, 11 de janeiro de 2008.

**12.2.1.** A relação de apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ("TCE/SP"), o cadastro de sanções administrativas ([www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br)) e o "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS" ([www.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis)) deverão ser consultados previamente à celebração da contratação.

**12.3.** Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, a vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o respectivo Instrumento de Contrato no SEI – Sistema Eletrônico de Informação (item 18.7), podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**12.3.1.** No caso de a licitante vencedora ainda não ser cadastrada no Sistema SEI - Sistema Eletrônico de Informações, deverá primeiro realizar o cadastramento, nos termos do item 18.7 do Edital, somente após a liberação, será considerado o prazo disposto no item 12.3.

**12.3.2.** Após a realização do cadastro a licitante vencedora deverá aguardar nova convocação para formalização da contratação nos termos do item 12.3. Antes disso, o interessado só será comunicado, se houver alguma inconsistência no cadastro, para que efetue a devida regularização.

**12.4.** Quando a adjudicatária convocada dentro do prazo de validade de sua proposta deixar de comprovar a regularidade dos documentos indicados no item 7 do Edital, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea "e", do subitem 8.10, ou quando não apresentar a situação regular de que tratam os subitens 12.1.1 e 12.2, ou, ainda, se recusar a se cadastrar no sistema SEI ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas e será reaberta a sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

**12.4.1.** A reabertura da sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

**12.4.2.** A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, pelo site institucional [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br), na Seção "Negócios Públicos", e no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).

**12.4.3.** Na sessão, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 8.6, será observada a validade da proposta, e caso tenha expirado, deverá ser ratificada pela interessada, em seguida poderá ser negociada, devendo o Pregoeiro, decidir sobre a sua aceitabilidade. Em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor, sendo observadas as disposições dos itens 8.6 a 10, do Edital, no que couberem.

**12.5.** No prazo de 05 (cinco) dias da formalização da contratação, a Contratada deverá informar à Contratante uma pessoa responsável para acompanhar a Contratação e uma e-mail válido para servir de canal de comunicação entre as partes para o envio de todas as notificações relacionadas ao Contrato, inclusive aquelas relacionadas às demandas da gestão designada pela Contratante no tocante à regularização da prestação dos serviços.

**12.5.1.** As comunicações e intimações efetuadas pelo meio eletrônico no endereço de e-mail informado pela Contratada serão plenamente válidas, desde que guardem relação com o objeto contratual.

**12.5.2.** É de responsabilidade da Contratada informar à Contratante as ocasiões em que houver mudança no endereço de e-mail, seja ela temporária ou definitiva.

**12.5.3.** As comunicações e intimações efetuadas pela Contratante ao endereço de e-mail informado pela Contratada serão válidas enquanto não houver a comunicação formal de alteração no endereço de e-mail.

**12.6.** Caso a Contratada seja cooperativa, haverá rescisão imediata do contrato se constatada a ocorrência superveniente da prestação de trabalho nas condições a que alude o artigo 1º, § 1º, do Decreto Estadual nº 55.938, de 21 de junho de 2010, com as alterações do Decreto Estadual nº 57.159, de 21 de julho de 2011.

### **13. DOS PRAZOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**13.1.** Os prazos de vigência e da prestação dos serviços devem observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo I do Edital**) no Instrumento de Contrato (**Anexo IX do Edital**).

### **14. DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.1.** O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência (**Anexo I do Edital**), correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

### **15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**15.1.** As condições de recebimento do objeto são aquelas definidas no Termo de Referência (**Anexo I do Edital**) e no Instrumento de Contrato (**Anexo IX do Edital**).

### **16. DO PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamento será efetuado em conformidade com o Termo de Referência (**Anexo I do Edital**) e com o Instrumento de contrato (**Anexo IX do Edital**).

### **17. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

**17.1.** A inexecução total ou parcial do contrato, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 78 ensejará a rescisão, na forma definida no artigo 79, acarretando as consequências enumeradas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88, do mesmo diploma legal.

**17.2.** A Contratada sujeita-se à sanção prevista no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, e subsidiariamente, às previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**17.3.** As sanções de que tratam os itens 17.1 e 17.2 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237, de 28 de março de 2023 (**Anexo III do Edital**), garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverão ser registradas no CAUFESP, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções" ([www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br)), e também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS" ([www.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis)).

**17.4.** As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**17.5.** A Contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos ou no termo de contrato.

**17.6.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Geral de Licitações, e no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**17.7.** A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela Contratada.

### **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.2.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

**18.3.** O Sistema BEC/SP manterá sigilo quanto a identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

**18.4.** O resultado do Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br) opção “e-negociospublicos” e [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), opção “Pregão Eletrônico”.

**18.5.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao Sistema BEC/SP, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.

**18.6.** Nos casos de rescisão do contrato por inadimplemento contratual, em caso de existência de remanescente, poderão ser aplicadas as disposições do artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, após análise de conveniência e oportunidade da autoridade competente.

**18.7.** Diante da inserção dos autos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, é obrigatório o cadastro do representante da licitante vencedora e demais licitantes que aceitarem fornecer no preço da vencedora como usuário externo do SEI (**Anexo XIII do Edital**) nos termos do art. 4º do Ato Normativo DPG nº 194, de 31 de maio de 2021 (**Anexo XII do Edital**) no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir de notificação específica expedida pela Defensoria Pública.

**18.7.1.** O não cadastramento como usuário externo no prazo determinado implicará, após o seu vencimento, a aplicação do previsto no item 12.4 do Edital.

**18.8.** Integram o presente Edital:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de proposta comercial;
- Anexo III – Ato Normativo DPG nº 237, de 28 de março de 2023;
- Anexo IV – Modelo de declaração conjunta;
- Anexo V - Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao Marco Legal Anticorrupção;
- Anexo VI - Modelo de declaração de enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP);
- Anexo VII - Modelo de declaração de atendimento às disposições da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- Anexo VIII - Modelo de declaração de enquadramento como cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007;
- Anexo IX - Minuta de Termo de Contrato;
- Anexo X – Modelo de Atestado de Visita Técnica.
- Anexo XI – Ato Normativo DPG nº 239, de 17 de abril de 2023;
- Anexo XII – Ato Normativo DPG nº 194, de 31 de maio de 2021, alterado pelo Ato Normativo DPG nº 9 de setembro de 2022;
- Anexo XIII – Requerimento de cadastro como usuário externo SEI.

**18.9.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**Jorge Henrique Menneh**

Diretor Técnico do Departamento de Licitações

## **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada em fornecer e instalar sistemas condicionadores de ar do tipo split hi-wall e split cassete, todos com tecnologia inverter, bem como em fornecer e instalar sistemas de ventilação mecânica com redes de dutos de insuflação de ar, incluindo a retirada parcial e posterior montagem dos forros atualmente instalados em dois espaços ocupados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPESP - em sua sede Administrativa.

### **2. DO LOCAL**

**2.1.** A DPESP fornecerá os Desenhos Técnicos conforme anexo A (Climatização Auditório; Ventilação Auditório; Climatização Mezanino; Ventilação Mezanino), que balizará todo o serviço a ser executado, e havendo alternativas mais eficientes, a CONTRATADA poderá informar a Fiscalização, solicitando aprovação, bem como sugerir alternativas de materiais e serviços;

**2.2.** Os Desenhos Técnicos - Anexo A, deverão ser analisados pela CONTRATADA, considerando, entre outros aspectos, as condições da arquitetura e estrutura da edificação, além dos demais aspectos de segurança no que for cabível, podendo fazer uma visita técnica prévia no local;

**2.3.** O endereço da sede Administrativa segue abaixo:

o Rua Boa Vista, nº 200 – Centro – São Paulo/SP;

■ Espaço 1: Auditório – Térreo, aproximadamente 100 m<sup>2</sup>;

■ Espaço 2: Mezanino – Conselho Superior, aproximadamente 165 m<sup>2</sup>;

**2.4.** A Proponente poderá realizar “Visita Técnica” para verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação, permitindo às interessadas colher informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que a própria interessada julgar conveniente, não cabendo à DPESP nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

**2.5.** Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessada considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada, com antecedência mínima de 01 dia com o Eng. Mecânico: Marcelo Ronze Targa, e-mail: [mtarga@defensoria.sp.def.br](mailto:mtarga@defensoria.sp.def.br), pelo telefone: (11) 3105-0919, ramal 910 ou Eng. Eletricista: Domingos da Silva Ribeiro Neto, e-mail: [dsneto@defensoria.sp.def.br](mailto:dsneto@defensoria.sp.def.br), pelo telefone: (11) 3105-0919, ramal 905.

**2.6.** Competirá a cada interessada, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

**2.7.** As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que será executado o objeto da contratação deverão ser previamente informadas e autorizadas pela Administração.

**2.8.** A visita não é obrigatória, mas a proponente não poderá pleitear, em hipótese alguma, modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o local em que será executado o objeto da contratação.

### **3. DA DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS**

**3.1.** É previsto o fornecimento e instalação de 08 (oito) equipamentos condicionadores de ar inverter sendo do tipo split hi-wall e split cassete, de mesmas ou maiores capacidades às indicadas



na tabela abaixo, **item 3.4**, não excedendo em 25% aproximadamente, as capacidades nominais apresentadas. Também, é previsto o fornecimento e instalação de 02 (dois) equipamentos de ventilação mecânica com redes de dutos de insuflação e acessórios visando a renovação de ar dos ambientes, bem como de exaustores do tipo ventokit para exaustão dos sanitários, com respectivos acessórios.

**3.2.** O item da Bolsa Eletrônica de Compras – BEC/SP é:

Item Serviço:

\* instalação dos equipamentos: **40126** - *Serviço de Instalação/montagem Equipamento Condicionador de Ar - Condicionador de Ar Tipo Split.*

**3.3.** Todos os equipamentos condicionadores de ar deverão possuir tecnologia inverter;

**3.4.** Os equipamentos condicionadores de ar e respectivos acessórios a serem fornecidos e instalados pela CONTRATADA são:

EQUIPAMENTO	TIPO	CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO BTU/h	TENSÃO / FASE
UE - 01	CASSETE	36.000	220 V / 1 F
UE - 02	CASSETE	36.000	220 V / 1 F
UE - 03	CASSETE	36.000	220 V / 1 F
UE - 04	HI-WALL	12.000	220 V / 1 F
UE - 05	CASSETE	36.000	220 V / 1 F
UE - 06	CASSETE	36.000	220 V / 1 F
UE - 07	CASSETE	36.000	220 V / 1 F
UE - 08	HI-WALL	12.000	220 V / 1 F

**3.5.** Para os equipamentos condicionadores de ar tipo split:

**3.5.1** - 02 (dois) equipamentos do tipo sistema split hi-wall 12.000 BTU/h (UE-04 e UE-08), compostos por unidades evaporadoras e unidades condensadoras, com as características abaixo:

- \* Deverá ser modelo com tecnologia inverter;
- \* Vazão de ar mínima de 700 m<sup>3</sup>/h;
- \* Três velocidades de vazão de ar insuflado;
- \* Com filtro de ar tipo removível e lavável;
- \* Com fluido refrigerante tipo R-410A;
- \* Com controle-remoto individual e original;

**3.5.2** - 06 (seis) equipamentos tipo sistema split cassete 36.000 BTU/h (UE-01, UE-02, UE-03, UE-05, UE-06 e UE-07), compostos por unidades evaporadoras e unidades condensadoras, com as características abaixo:

- \* Deverá ser modelo com tecnologia inverter;
- \* Vazão de ar mínima de 1.700 m<sup>3</sup>/h;
- \* Três velocidades de vazão de ar;
- \* Com filtro de ar tipo removível e lavável;
- \* Com fluido refrigerante tipo R-410A;
- \* Com controle-remoto individual e original;
- \* Com bomba de dreno original de fábrica;

**3.6.** Para os sistemas de ventilação mecânica:

**3.6.1** - 01 (uma) Caixa de Ventilação (CV-01), com as características abaixo:

- \* vazão mínima de ar: 1.400 m<sup>3</sup>/h;
- \* pressão estática: 35 mmca;
- \* potência máxima de 500 W, em 220 V / 3F;
- \* ventilador tipo sirocco, centrífugo;
- \* gabinete em perfil de alumínio;
- \* porta filtro tipo gaveta, para filtro de ar classe de filtragem G4;
- \* será acionada através de interruptor instalado próximo à evaporadora (UE-04);

**3.6.2** - 01 (uma) Caixa de Ventilação (CV-02), com as características abaixo:

- \* vazão mínima de ar: 1.300 m<sup>3</sup>/h;
- \* pressão estática: 35 mmca;
- \* potência máxima de 500 W, em 220 V / 3F;
- \* ventilador tipo sirocco, centrífugo;
- \* gabinete em perfil de alumínio;
- \* porta filtro tipo gaveta, para filtro de ar classe de filtragem G4;
- \* será acionada através de interruptor instalado próximo à evaporadora (UE-08);

**3.6.3** - 04 (quatro) Exaustores elétricos tipo Ventokit para sanitários (EX-01, EX-02, EX-03 e EX-04), com as características abaixo:

- \* vazão mínima de ar: 150 m<sup>3</sup>/h;
- \* potência máxima de 20 W, em 220 V;

### 3.6.4 Redes de dutos de insuflação, com as características abaixo:

- \* em chapa de aço galvanizado e medidas conforme os Desenhos Técnicos em anexo, sendo os trechos em milímetros de: 300 x 250, 250 x 250, 250 x 200, 250 x 125 e 175 x 50;
- \* deverão possuir colarinhos para interligação às grelhas/difusores plenum de insuflação;
- \* construção/instalação rigorosamente conforme NBR 16.401;
- \* serão instaladas acima dos forros dos respectivos ambientes, conforme Desenhos Técnicos - Anexo A, e deverão ser fixadas nas lajes a cada 2 metros, utilizando perfilados metálicos perfurados, varões roscados, e porcas de fixação;

### 3.6.5 Dampers de regulação de vazão de ar DR-01, DR-02 e DR-03, com as características abaixo:

- \* construídas em chapa de aço galvanizado e aletas em alumínio;
- \* acessórios devem vir montados de fábrica;
- \* com medidas conforme respectivas redes de dutos de insuflação;

### 3.6.6 Difusores de insuflação DF-01, DF-02, DF-03, DF-04, DF-05 e DF-06, com as características abaixo:

- \* nas medidas aproximadas de 300 x 300 mm (tamanho 3), quadrado;
- \* construídas em chapa de aço galvanizado e aletas em alumínio;
- \* deverá possuir caixa plenum e registro interno para controle da vazão de ar insuflado;

### 3.6.7 Grelhas de insuflação GR-01, GR-02, GR-03, GR-04, GR-05, GR-06 e GR-07, com as características abaixo:

- \* nas medidas 125 x 225 mm;
- \* construídas em chapa de aço galvanizado, e aletas em alumínio;
- \* com duplo registro para controle de vazão de ar insuflado;
- \* cada grelha será instalada com sua face voltada para dentro dos ambientes, e interligada à rede de duto através de colarinhos fabricados em chapa de aço galvanizada;

### 3.6.8 Grelhas de porta GP-01, GP-02, GP-03 e GP-04, com as características abaixo:

- \* nas medidas 300 x 200 mm;
- \* construídas em chapa de aço galvanizado, e aletas em alumínio;
- \* serão instaladas nas portas dos sanitários, conforme Desenhos Técnicos;

## 4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

### 4.1. Serviços gerais:

4.1.1. retirada completa, com descarte, das atuais redes de dutos de insuflação e tubulações de cobre, bem como dos atuais equipamentos condicionadores de ar instalados nos ambientes Auditório e Mezanino; sendo:

- 4.1.1.1. 2 unidades evaporadoras tipo splitão dutado de 90.000 BTU/h, cada, de medidas (A x L x C - em metros) 1,2 x 1,4 x 0,5, cada; e peso: 120 kg, cada, com respectivas tubulações de cobre;
- 4.1.1.2. 2 unidades condensadoras de 90.000 BTU/h, cada, de medidas (A x L x C - em metros) 1,2 x 0,6 x 1,2, cada; e peso: 200 kg, cada, com respectivas tubulações de cobre;
- 4.1.1.3. 1 self contained de 60.000 BTU/h, de medidas (A x L x C - em metros) 2,0 x 1,0 x 0,8; e peso: 220 kg;
- 4.1.1.4. Rede de duto de insuflação - Auditório, incluindo acessório;
- 4.1.1.5. Rede de duto de insuflação - Mezanino, incluindo acessórios;

\* **OBS.:** visto que nos ambientes em questão já existem forros modulares instalados, e estes deverão permanecer nos locais após a conclusão destes serviços contratados, será necessária a desmontagem parcial destes forros (conforme necessidade durante a evolução dos serviços) e posterior remontagem, das placas e estruturas completas.

4.1.2. retirada completa, com descarte, das tubulações de cobre, isolamentos térmicos e cabos elétricos atualmente instalados ;

\* **OBS.:** o descarte dos equipamentos e acessórios acima referidos, bem como de todos os seus demais componentes, e também os resíduos dos serviços gerais de instalação e desinstalação, deverá ser realizado em local próprio para esse fim, direcionados para lugares específicos que recebem estes diversos tipos de materiais, levando em consideração a sua natureza/composição (materiais plásticos, metais, fluidos refrigerantes e etc.). Posteriormente, a CONTRATADA deverá comprovar o correto descarte/destinação de todos os objetos elencados para descarte. A destinação final deverá ser a indicada pelo Município de São Paulo, atendendo a todas as exigências da legislação municipal, devendo ser em área licenciada para tal finalidade (pela CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), seguindo também as exigências previstas nas resoluções pertinentes do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Na retirada do entulho, a CONTRATADA deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos - CTR devidamente preenchido.

4.1.3. fornecimento e posicionamento/fixação adequada, através de estruturas metálicas específicas para esse fim, dos 08 (oito) equipamentos condicionadores de ar, listados no item 3.4, compostos pelas: unidades evaporadoras e unidades condensadoras, conforme posições apontadas nos Desenhos Técnicos - Anexo A, bem como das 02 (duas) caixas de ventilação;

4.1.4. furação nas paredes e lajes para passagem/fixação e interligação das tubulações de cobre (de fluido refrigerante) e dos cabos de comunicação - todos passarão acima dos forros modulares existentes, entre as unidades evaporadoras e as unidades condensadoras a serem instaladas. Instalação de isolamentos térmicos nas tubulações de cobre, e posterior instalação de fitas vinílicas;

4.1.5. Instalação de canaletas de PVC, na cor branca, nas medidas 85 x 35 mm, para acomodar os trechos das tubulações de cobre que ficarem aparentes nos ambientes;

4.1.6. furação nas paredes e lajes para passagem/fixação e interligação das tubulações de pvc (de dreno), das unidades evaporadoras, conforme Desenhos Técnicos - Anexo A, direcionando para os ralos indicados nos Desenhos Técnicos. Instalação de isolamentos térmicos nas tubulações de dreno;

4.1.7. instalação de bomba de dreno, fornecida separadamente, na unidade evaporadora instalada no Auditório - Térreo: UE-04;

4.1.8. etiquetar todas as unidades evaporadoras, unidades condensadoras, caixas de ventilação e exaustores ventokit com seus respectivos disjuntores;

4.1.9. posicionamento/fixação das redes de dutos de insuflação - todos passarão acima dos forros modulares existentes, bem como dos dampers de regulação, dos difusores e das grelhas de insuflação, através de trechos de dutos flexíveis e de colarinhos em chapa metálica, conforme Desenhos Técnicos - Anexo A;

4.1.10. furos/aberturas nas diversas fachadas, paredes e lajes, e posteriormente correto fechamento/pintura após a passagem e instalação das tubulações de fluido refrigerante, tubulações de drenos, cabos de interligação e rede de dutos de insuflação;

4.1.11. instalação de sanca/fechamento em dry-wall do trecho de duto de insuflação, no Mezanino, conforme Desenhos Técnicos - Anexo A;

4.1.12. realização do TAB (Teste, Ajuste e Balanceamento) das redes de dutos de insuflação, ajustando todas as vazões de ar conforme apontadas nos Desenhos Técnicos - Anexo A;

4.1.13. instalação/fixação dos exaustores (ventokits) e das grelhas de porta, nos sanitários, Desenhos Técnicos - Anexo A;

4.1.14. retirada dos materiais e entulhos para fora;

4.1.15. demais serviços necessários para a correta instalação e funcionamento de todos os equipamentos condicionadores de ar e ventilação mecânica, incluindo todos respectivos acessórios;

4.1.16. entrega do "as built" e de Relatório Técnico final assinado, contendo os dados de operação de todos os equipamentos e instalações, conforme item 4.12;

4.2. As unidades condensadoras dos sistemas instalados no Auditório serão instaladas em área externa em pavimento inferior ao térreo, contígua, conforme indicada nos Desenhos Técnicos - Anexo A. As unidades condensadoras dos sistemas instalados no Mezanino serão instaladas em área externa/laje no pavimento superior, conforme indicada nos Desenhos Técnicos - Anexo A. Deverão ser fornecidas/instaladas estruturas metálicas para suporte e acomodação de todas (e apoiadas em material específico que absorva vibrações);

4.3. Todas as unidades evaporadoras deverão ter o seu respectivo controle remoto sem fio, original de fábrica, de forma compacta e operação amigável, com pelo menos as seguintes características:

- Botão liga/desliga;
- LED/Display de operação;
- Botão de ajuste da temperatura;
- Indicação de temperatura;
- Botão de ajuste da velocidade de insuflação do ar (baixa, média, alta);
- LED de velocidade do ventilador;
- Timer;

4.4. Todas as soldas/brasagens nas tubulações de cobre deverão ser realizadas conforme orienta o respectivo Manual do Fabricante, obrigatoriamente com fluxo passante de nitrogênio, a uma pressão média de 0,02 MPa.

4.5. Todas as tubulações de fluido refrigerante deverão ser de cobre, sem costura, próprias para o uso em instalações de refrigeração, isoladas termicamente e revestidas com fita vinílica, e suas bitolas e características gerais deverão estar rigorosamente de acordo com o respectivo Manual do Fabricante do equipamento a que se destinam. Ademais, serão passadas acima dos forros, de forma não aparente nos ambientes, e direcionadas até as paredes/fachadas externas nos pontos próximos às respectivas unidades condensadoras.

4.6. Após a conclusão das instalações das tubulações de cobre e acessórios (linhas de líquido e de sucção), ambas as linhas deverão ser testadas quanto a sua estanqueidade - teste de estanqueidade (pressurização) - utilizando os insumos necessários para esse teste, atingindo rigorosamente a indicação no manômetro conforme orienta o respectivo Manual do Fabricante. Posteriormente, deverá ser realizado o procedimento de vácuo/desidratação de ambas as linhas, conforme as regras de praxe.

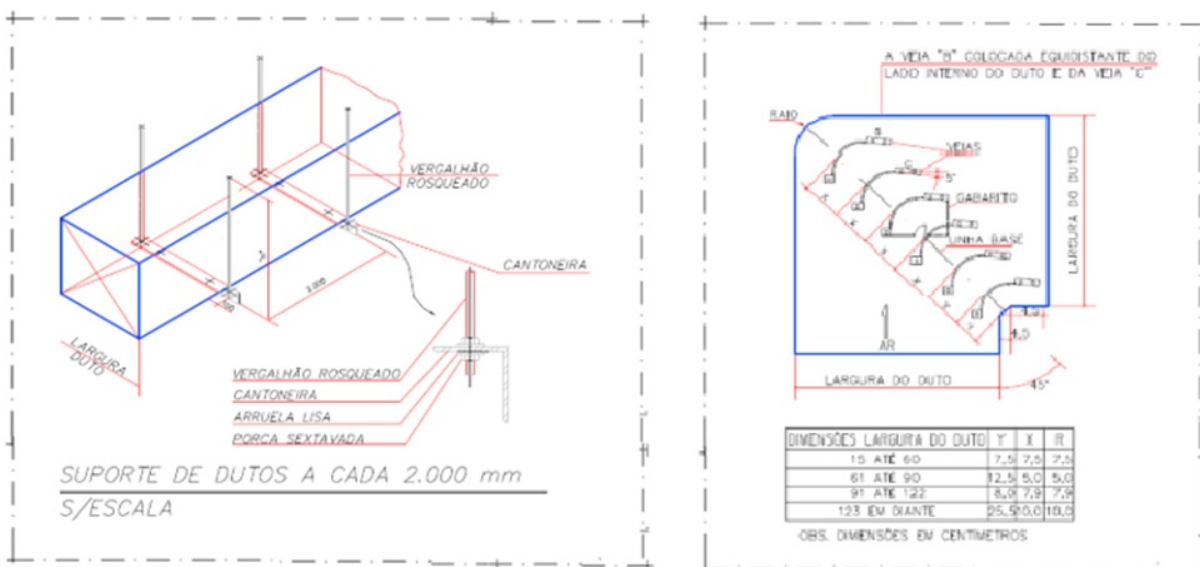
4.7. Todas as tubulações de dreno, em PVC, deverão ser isoladas termicamente com isolamentos térmicos tubulares, de polietileno expandido, com mínimo de 5 mm de espessura. Todos os trechos horizontais deverão possuir um caimento a fim de permitir correto escoamento da água condensada.

4.8. As caixas de ventilação deverão ser instaladas sobre estruturas do tipo mão-francesa, e apoiadas sobre material do tipo amortecedor de vibração em todos os pontos de fixação. Ademais, os motores internos deverão estar apoiados, também, sobre coxins de borracha próprios para esse fim.

4.9. As caixas de ventilação deverão ser acionadas através de botoeiras/interruptores independentes, a serem instalados próximos às unidades evaporadoras de 12.000 BTU/h: UE-04 e UE-08.

4.10. As redes de dutos de insuflação de ar deverão ser construídas em chapa de aço galvanizado, com medidas conforme Desenhos Técnicos - Anexo A, costuras longitudinais lacradas à máquina, interligados por flanges (flangeados) tipo TDC, com fita de vedação entre as partes. Ademais, serão instaladas/passadas acima dos forros, de forma não aparente nos ambientes.

4.11. A construção e fixação deverão obedecer aos padrões normais de serviço, sendo fixadas na própria estrutura do prédio por meio de ferros cantoneiras/chatos, chumbadores, vergalhões etc., observando o espaçamento máximo de 2,0 m. As junções laterais deverão ser perfeitamente vedadas com silicone, e as curvas deverão possuir veios internos para direcionamento do ar. Segue ilustração abaixo:



4.12. Ao final da instalação, a CONTRATADA deverá fornecer o "as built" completo da instalação, bem como deverá fornecer um relatório técnico assinado pelo seu engenheiro responsável contendo todas as medições/características de operação de todos os equipamentos fornecidos/instalados, que deverá ser entregue contendo os seguintes itens:

■ **Climatização:** TAGs nos equipamentos contendo informações quanto os: Fabricantes, Marcas, Modelos, Capacidades; pressões de trabalho (alta e baixa), temperaturas de insuflamento/retorno (entrada/saída) das evaporadoras e condensadoras; distância das tubulações entre evaporadoras e condensadoras; bitolas das tubulações de cobre e dos cabos de interligação; resultados alcançados no procedimento de pressurização e no procedimento de vácuo/desidratação; corrente elétrica; procedimento de teste de escoamento nos drenos e funcionamento das bombas de dreno (evaporadoras tipo cassette).

■ **Ventilação Mecânica:** TAB (Teste, Ajuste e Balanceamento) indicando a vazão de ar em cada um dos difusores/grelhas de insuflação (conforme indicado nos Desenhos Técnicos - Anexo A); indicando a vazão de ar em cada um dos tramos das redes de dutos de insuflação.

**4.13.** A CONTRATADA deverá executar, a partir do previsto neste Termo de Referência e conforme necessidades de adequações dos locais para instalação, todos os serviços de construção civil e serviços elétricos, com fornecimento total de materiais a seu cargo, para permitir a instalação, montagem e funcionamento correto de todos os equipamentos condicionadores de ar e ventilação mecânica.

**4.14.** A CONTRATADA deverá recompor a parede, piso, revestimento, laje e alvenaria alterados em motivo da instalação dos equipamentos, ou qualquer tipo de avaria (onde existir) ocorrido no local designado, com a devida pintura de mesma cor da respectiva parede.

**4.15.** Faz parte do fornecimento, além do especificado acima, os seguintes itens:

- Equipamentos necessários para a retirada com o içamento dos equipamentos atualmente instalados nos locais;
- Descarga, estocagem e movimentação horizontal/vertical de todos os equipamentos e materiais na obra;
- Fornecimento de todos os suportes das tubulações/eletrodutos e estruturas dos equipamentos;
- Colarinhos, de chapa de aço galvanizado, para conexão de todas as grelhas às respectivas redes de dutos de insuflação;
- Todos os serviços, equipamentos e materiais concernentes aos furos para passagem em paredes e forros;
- Testes na obra de todos os equipamentos e instalações, com fornecimento de Relatório Técnico/Laudo assinado;

## **5. DA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

**5.1.** Descrição dos Serviços para os dois Ambientes tem como objetivo, orientar a empresa instaladora dos sistemas de climatização, no quesito Instalações Elétricas, dando diretrizes para execução dos serviços:

**5.1.1.** Levar a alimentação elétrica do quadro QDFL existente no Térreo, até as unidades condensadoras e seus respectivos splits;

**5.1.2.** A CONTRATADA deverá substituir os disjuntores existentes, dedicados aos equipamentos condicionadores de ar a serem substituídos, por novos disjuntores conforme especificação abaixo, e utilizar de espaços reserva disponíveis no referido quadro elétrico destinados a esse fim, por disjuntores compatíveis com a carga definida para cada ponto a ser alimentado;

**5.1.3.** Circuitos a serem alimentados e seus respectivos disjuntores.

■ Para os equipamentos de 36.000 BTU/h, utilizar - Cabo 6,0 mm<sup>2</sup>/750 v – Disjuntor de 40 A;

■ Para os equipamentos de 12.000 BTU/h, utilizar - Cabo 4,0 mm<sup>2</sup>/750 v – Disjuntor de 20 A;

■ Para os Circuitos de Ventilação, utilizar - Cabo 2,5 mm<sup>2</sup>/750 v – Disjuntor de 10 A;

**5.1.4.** A alimentação dos circuitos em questão será feita em eletroduto galvanizado médio de boa qualidade e/ou eletrocalha existente sobre o forro, instalação aparente fixada sob o forro falso até os respectivos equipamentos a serem energizados. A CONTRATADA deverá escolher o melhor caminho para alimentação das unidades condensadoras e que causem o menor impacto visual na unidade.

**5.1.5.** Para alimentação das unidades condensadoras que serão instalados na laje do 2º Andar e que alimentarão os aparelhos do Mezanino, a CONTRATADA deverá usar o encaminhamento existente da alimentação das unidades condensadoras que serão substituídas.

**5.1.6.** Para alimentação das unidades condensadoras que serão instaladas no subsolo e que alimentarão os equipamentos do Auditório, a CONTRATADA deverá instalar eletroduto de derivação do quadro elétrico existente no andar térreo, denominado QDF exclusivo para alimentação dos equipamentos condicionadores de ar, furar a laje do subsolo, encaminhando assim eletrodutos e fiação até as unidades condensadoras a serem instaladas nesse local.

**5.1.7.** Para a ventilação forçada, a CONTRATADA deverá levar a alimentação até a sala das unidades condensadoras no Mezanino, onde os ventiladores serão instalados, e seu acionamento será feito através de interruptor simples a ser instalado em local próximo, a decidir.

**5.1.8.** A CONTRATADA deverá seguir à risca as normas técnicas vigentes para esse fim.

**5.1.9.** A CONTRATADA deverá tomar o máximo cuidado para minimizar os danos causados aos ambientes da obra.

**5.1.10.** Danos ocasionalmente causados pela CONTRATADA deverão ser reparados sem ônus para a CONTRATANTE.

### **5.2. SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:**

#### **5.2.1. DESCRIÇÃO DO PROJETO ELÉTRICO:**

**5.2.1.1.** Trata-se do dimensionamento / encaminhamento dos circuitos elétricos para alimentação dos equipamentos condicionadores de ar e ventilação mecânica. O encaminhamento da tubulação sugerida para esse projeto poderá ser modificado pela CONTRATADA desde que o impacto visual e estético do ambiente seja o mínimo possível.

**5.2.1.2.** A execução dos serviços deverá atender aos padrões de qualidade e segurança exigido pelas Normas Técnicas Brasileiras.

**5.2.1.3.** A CONTRATADA deverá fazer o levantamento de carga do quadro elétrico QDF existente, dedicado exclusivamente para alimentação das condensadoras, corrigindo se necessário, fiação e disjuntor principal, adequando-o as novas cargas a serem instaladas, e distribuir equilibradamente sua carga por fase.

**5.2.2.** Os circuitos da Instalação serão: Bifásico – 220 V.

**5.2.2.1.** Todos os materiais utilizados na execução das instalações elétricas obedecerão rigorosamente às especificações da ABNT - NBR - 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão - Procedimento, ABNT.

**5.2.2.2.** Os condutores para as instalações internas / externas deverão ser de cobre eletrolítico isolados, com isolamento anti - chama, 450/750 V – 70°C de 1ª Linha.

**5.2.2.3.** A alimentação dos pontos de Tomadas quando existirem – terão seção mínima de 2,5mm<sup>2</sup>.

**5.2.2.4.** Deverá ser instalado em cada eletroduto um condutor terra para cada circuito.

### **5.3. Eletrodutos:**

**5.3.1.** Os eletrodutos quando aparentes na instalação serão galvanizados, quando embutido ou enterrados serão galvanizados a fogo, rosqueáveis e fixos às caixas com buchas e arruelas galvanizadas.

**5.3.2.** A bitola mínima a ser utilizada será de 20 mm (3/4").

### **5.4. Caixas de Derivações para instalações aparentes:**

**5.4.1.** As caixas de derivações para instalações APARENTES devem ser fabricadas em alumínio com espessura mínima de 1,2 mm.

**5.4.2.** Devem ser fixadas nos dutos e na parede.

**5.4.3.** As Caixas de Derivação devem ser providas de selos removíveis para ajustar a cada situação e a cada duto.

### **5.5. Fios e Cabos Elétricos:**

**5.5.1.** Serão adotados os seguintes tipos de cabos: Para alimentadores dos equipamentos de Ar Condicionados serão utilizados Cabos flexível isolamento de PVC-750 v. de 2,5 e 6,0 mm<sup>2</sup>.

### **5.6. Aterramento das Instalações Elétricas**

**5.6.1.** Todos os pontos de tomadas para alimentação dos equipamentos deverão estar devidamente aterrados.

## 5.7. Generalidades

5.7.1. As especificações e Desenhos Técnicos destinam-se à descrição e execução de uma obra completamente acabada.

5.7.1.1. Eles devem ser considerados complementares entre si e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em ambos.

5.7.1.2. A empresa instaladora aceita e concorda que os serviços, objeto dos documentos contratuais, e deverão ser complementares em todos os seus detalhes.

5.7.1.3. No caso de erros ou discrepâncias as especificações deverão prevalecer sobre os Desenhos Técnicos, devendo de qualquer maneira ser comunicado à CONTRATANTE e ao PROJETISTA.

5.7.1.4. Se no contrato constarem condições especiais e especificações gerais, as condições deverão prevalecer sobre as plantas e especificações gerais, quando existirem discrepâncias entre as mesmas.

## 5.8. Normas Técnicas a Observar

5.8.1. Para a prestação dos serviços a serem contratados neste escopo, a CONTRATADA deverá atender às Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas ou às normas estrangeiras pertinentes na inexistência de normas nacionais correspondentes.

5.8.2. Sempre com a aprovação da DEFENSORIA, poderão ser aceitas outras normas de reconhecida autoridade, que possam garantir o grau de qualidade desejado.

5.8.3. Normas Técnicas de Referência:

■ ABNT NBR NM 60898 - Disjuntores para proteção de sobre correntes para instalações domésticas e similares.

■ ABNT NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

■ ABNT NBR 6591 - Tubos de aço-carbono com costura de seção circular, quadrada, retangular e especial para fins industriais - Especificação.

■ ABNT NBR NM 247-3 - Cabos isolados com policloreto de vinila (PVC) para tensões nominais até 450/750 v, inclusive - Parte 3: Condutores isolados (sem cobertura) para instalações fixas.

## 5.9. Esclarecimentos

5.9.1. Para a elaboração da Proposta Comercial, recomendamos que a participante do processo licitatório utilize o Boletim CDHU (com desoneração), adotados para elaboração de orçamentos de obras públicas. No entanto, fica a critério da participante adotar outros indicadores como: Sinap, Pini, Siurb ou qualquer outro boletim, aceitos por esses órgãos, para a elaboração de seu orçamento.

5.9.1.1. O início dos serviços das Instalações Elétricas ficará condicionado ao início dos serviços de instalação da climatização e ventilação mecânica.

5.9.1.2. Em todos os casos omissos ou suscetíveis de dúvida, deverá a CONTRATADA recorrer à FISCALIZAÇÃO para melhores esclarecimentos ou orientações, sendo as decisões finais comunicadas sempre por escrito.

5.9.1.3. Caberá a CONTRATADA a inteira responsabilidade pela guarda e armazenamento de equipamentos, ferramentas e materiais e pela execução dos serviços até sua conclusão final.

## 5.10. Planejamento e Programação das Atividades:

5.10.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as indicações e especificações do presente Termo de Referência apresentados pela CONTRATANTE.

5.10.1.1. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais especializados.

5.10.1.2. Os profissionais que necessitam de CREA para exercer sua profissão deverão apresenta-lo quando solicitado pela fiscalização da CONTRATANTE, não sendo aceitos profissionais que não possuam CREA e que não estejam com as contribuições em dia.

5.10.1.3. Não será tolerada a aplicação de materiais usados, danificados ou que comprometam o aspecto, a durabilidade, a segurança e a qualidade final da obra.

5.10.1.4. Consideram-se incluídos nos preços contratados, todos os materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, serviços indiretos, cursos, instalações e transportes necessários à sua plena execução.

5.10.1.5. Todos os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente identificados junto à unidade onde prestarão os serviços.

5.10.1.6. A CONTRATADA deverá manter integralmente, durante o horário de trabalho e enquanto durarem os serviços, um Técnico em Eletrotécnica e / ou um Engenheiro Eletricista, devidamente habilitado no CREA.

## 5.11. Instruções Operacionais

5.11.1. Horário de Trabalho.

5.11.1.1. A CONTRATADA deverá acordar junto à FISCALIZAÇÃO, o melhor horário para desenvolver suas atividades durante a execução dos trabalhos.

5.11.1.2. O trabalho a ser desenvolvido poderá ocorrer também no horário noturno se necessário.

5.11.2. Preservação da Propriedade.

5.11.2.1. A CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços, responderão por todos os prejuízos, danos ou perdas em benfeitorias existentes, propriedades adjacentes ou outras de qualquer natureza, bem como responderá igualmente por qualquer paralização de serviços de terceiros, resultantes de suas intervenções.

5.11.2.2. A CONTRATADA deverá reparar substituir ou restaurar qualquer bem ou propriedade que for prejudicada ou julgada danificada ou perdida de maneira a readquirir suas condições anteriores.

5.11.2.3. A CONTRATADA executará os reparos de quaisquer elementos danificados conforme determinações da FISCALIZAÇÃO. Caso estas providências não sejam efetuadas pela CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO poderá, por sua livre escolha, fazer com que a reparação, substituição, restauração ou conserto sejam executados por terceiros.

5.11.2.4. O custo relativo a estas providências deverá ser deduzido do valor contratual pactuado com a CONTRATADA.

5.11.2.5. Para garantir as condições acordadas, a CONTRATADA deverá elaborar um relatório fotográfico prévio, assinado pelo responsável técnico, da área onde irá executar a intervenção e que será entregue à fiscalização antes de cada intervenção.

5.11.3. É dever da Empresa vencedora da licitação:

5.11.3.1. Apresenta ART de Execução da obra ao Departamento de Engenharia da Defensoria, antes do início da obra.

## 5.12. Da Garantia dos Serviços Executados

5.12.1. As instalações a serem executadas na força do presente Termo de Referência deverão ser garantidas pela CONTRATADA quanto à qualidade dos materiais empregados e ainda quanto à conformidade com as exigências em vigor até a presente data impostas pelas repartições e concessionárias com jurisdição sobre as referidas instalações.

5.12.2. A CONTRATADA deverá SUBSTITUIR por sua conta qualquer material de seu fornecimento que apresente defeito de fabricação ou de instalação imprópria dos mesmos, dentro do seu prazo de garantia estabelecida por lei.

## 5.13. Serviços Complementares

5.13.1. Remoção de Entulho.

5.13.1.1. A CONTRATADA deverá remover constantemente o entulho e manter a obra sempre limpa. O entulho deverá ser depositado em caçamba.

5.13.2. Limpeza Final da Obra.

**5.13.2.1.** No final de todos os serviços a CONTRATADA deverá deixar o ambiente limpo eliminando todos os resíduos do local, e pronto para seu uso imediato;

**5.13.2.2.** Desmobilizar equipamentos e sobras de materiais.

**5.13.2.3.** A CONTRATADA deverá prever em seus custos a limpeza fina dos serviços, como aspiração, limpeza com panos úmidos, vassoura de pelo enceramento e o que se fizer necessário para deixar a área de atuação limpa e em condições de recebimento com relação à limpeza e asseio.

#### **5.14. Considerações Finais**

**5.14.1.** Os serviços de remanejamentos / chaveamentos necessários à execução dos serviços deverão ser executados na presença de um Engenheiro / Técnico Eletrotécnico responsável pela obra.

**5.14.1.1.** Qualquer alteração introduzida nos projetos, quando da execução dos serviços, deverão ser assinaladas e enviadas à CONTRATANTE, para que possam ser feitas as devidas atualizações.

**5.14.1.2.** A CONTRATADA deverá apresentar no final da obra o *“as built”* das instalações executadas.

#### **6. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** Para a discussão do andamento dos trabalhos poderão ser realizadas reuniões técnicas, sempre que convocadas pela Fiscalização ou solicitadas pela CONTRATADA.

**6.2.** À DPESP é facultado introduzir modificações consideradas imprescindíveis nos serviços, objeto desta contratação, antes ou durante a execução dos mesmos, nos limites legais.

**6.3.** A montagem e instalação dos equipamentos condicionadores de ar deverá obedecer rigorosamente aos respectivos Manual do Fabricante de cada equipamento listado no **item 3.4**, bem como à última edição da Norma Técnica aplicável - NBR 16.401 - Instalações Centrais de Ar Condicionado para conforto.

**6.4.** Os equipamentos condicionadores de ar e ventilação mecânica, bem como seus materiais/acessórios, fornecidos pela CONTRATADA e acordados com a CONTRATANTE a serem instalados, deverão ser novos e de primeira qualidade, aprovados pelo INMETRO, bem como deverão estar de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT e Normas respectivas.

**6.5.** Todos os materiais, equipamentos e instalações deverão estar de acordo com os regulamentos de proteção contra incêndio, especialmente os isolantes térmicos nas tubulações, que deverão ser feitos de material incombustível ou auto extingüível.

**6.6.** Todos os materiais de instalação e locais de posicionamento dos equipamentos, passagem de redes de dutos, tubulações e cabos elétricos deverão ser acordados previamente entre a Fiscalização e a CONTRATADA, antes do início das instalações.

**6.7.** Deverá ser empregada mão de obra qualificada nas diversas modalidades da engenharia aplicáveis ao serviço, com supervisão do engenheiro qualificado e responsável.

**6.8.** A instalação deverá ser entregue limpa e com todos os equipamentos em perfeitas condições de operação, bem como os forros modulares atualmente instalados nos ambientes em questão deverão ser entregues totalmente remontados e nas condições em que foram encontrados no início dos serviços contratados.

**6.9.** As instalações deverão atender detalhadamente às Normas Brasileiras vigentes e aplicáveis aos serviços solicitados, levando em consideração o escopo proposto no objeto e a realidade estrutural do imóvel.

**6.10.** O aceite dos equipamentos e da instalação/serviços em geral não exime a CONTRATADA da responsabilidade técnica sobre o serviço.

#### **7. DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

**7.1.** Para a execução dos serviços de instalações elétricas dos equipamentos, vistos que ocorrem em quadro elétrico energizados, os empregados que forem executar estes serviços deverão possuir o certificado de treinamento da NR-10 (Segurança em instalação e serviços elétricos).

**7.2.** Todas as ferramentas utilizadas para as instalações elétricas dos equipamentos, devem estar de acordo com a NR-10 (Segurança em instalação e serviços elétricos).

**7.3.** Para a execução dos serviços de instalação de todos os equipamentos, materiais e acessórios, caso seja a uma altura a partir de 2 m, os empregados que executarem estes serviços deverão possuir certificado de treinamento da NR-35 (Trabalho em Altura).

**7.4.** Para a execução dos serviços de instalação das unidades condensadoras, na fachada externa, como medida de segurança, os empregados deverão trabalhar com cinto de segurança tipo paraquedista com dois talabartes, devidamente ancorados a uma linha de vida (fixada em elemento estrutural do prédio).

**7.5.** Os empregados deverão executar os serviços devidamente protegidos por Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), tais como: Óculos de Segurança; Protetor Auricular tipo Plug; Capacete de Segurança com jugular; Sapato de Segurança; Cinto de Segurança tipo Paraquedista com dois talabartes.

**7.6.** Deverão ser disponibilizadas uma cópia das documentações de Segurança e Saúde do Trabalho, tais como: PPRA (NR-9), PCMSO (NR-7) e Atestados de Saúde Ocupacional (ASO dos empregados).

#### **8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**8.1.** Será de responsabilidade da CONTRATADA a entrega do *“As Built”* ao final da obra, com eventuais correções que sejam necessárias às instalações.

**8.2.** A CONTRATADA deverá indicar um profissional sênior, engenheiro, que deverá ser o responsável pela coordenação dos trabalhos (Fornecimento, Instalação e Correto funcionamento). Os profissionais que necessitam de CREA para exercer sua profissão deverão apresentá-lo quando solicitado pela Fiscalização, não sendo aceitos profissionais que não estejam devidamente registrados/ativos no CREA.

**8.3.** A CONTRATADA deverá apresentar, até o terceiro dia útil após a assinatura da Ordem de Início dos Serviços, as ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) referentes a todos os serviços contratados (fornecimento e instalação de equipamentos condicionadores de ar e ventilação mecânica, estruturas metálicas para apoio dos equipamentos, instalações elétricas e etc.), bem como apresentar um cronograma com as datas iniciais e finais do serviço.

**8.4.** A CONTRATADA deverá apresentar as ARTs acima descritas devidamente quitadas, ficando condicionado às entregas acima o pagamento pelo serviço realizado.

**8.5.** Os equipamentos deverão ser entregues e instalados no endereço aos quais se destinam, conforme descrito no **item 2.3**, em dia útil e horário comercial mediante agendamento prévio.

**8.6.** A CONTRATADA deverá responder pela qualidade dos equipamentos e instalações oferecidos, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como pelo armazenamento e fornecimento, e também por eventuais atrasos.

**8.7.** Os serviços poderão ser executados em tanto em horário comercial, quanto em horário noturno e aos finais de semana. No caso de serviços que causarem impacto aos ambientes próximos, incluindo os de natureza ruidosa, serão executados, obrigatoriamente, em horário não comercial ou aos finais de semana.

**8.8.** Cabe à CONTRATADA conceder o direito de exercer ampla fiscalização sobre todos os serviços em andamento, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

**8.9.** Cabe à CONTRATADA fornecer todos os materiais, ferramentas, mão de obra, e demais equipamentos necessários à perfeita execução e instalação dos equipamentos, sendo que os materiais a serem empregados deverão ser de primeira qualidade.

**8.10.** Responsabilizar-se pelas despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto.

**8.11.** Indicar, na proposta, e-mail para recebimento das comunicações e formalização da contratação.

**8.12.** Acusar o recebimento/assinatura da Ordem de Serviço.

**8.13.** Finalizar os serviços contratados no prazo, no local e nas condições exigidas.

**8.14.** Efetuar a troca ou substituição do equipamento, acessório ou material que se encontrar diferente ao aqui descrito sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

**8.15.** Emitir Nota Fiscal com a mesma descrição constante na Ordem de Serviço.

**8.16.** Responsabilizar-se por perdas eventualmente causadas por empregados ou prepostos, a bens e ou equipamentos de propriedade da CONTRATANTE ou TERCEIROS, durante a entrega do material.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** A CONTRATANTE deverá:

**9.1.1.** emitir/assinar a Ordem de Serviço.

**9.1.2.** informar a CONTRATADA sobre a emissão da mesma.

**9.1.3.** propiciar à CONTRATADA o acesso aos locais onde o material será entregue.

**9.1.4.** permitir acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, às suas dependências; prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**9.1.5.** otificar, por escrito ou através de mensageria eletrônica, a constatação de quaisquer irregularidades verificadas durante a realização dos serviços.

**9.1.6.** atestar a Nota Fiscal, apresentada pela CONTRATADA após o Recebimento Definitivo.

**9.1.7.** efetuar o pagamento de acordo com o item 12.

## **10. GARANTIA**

**10.1.** A CONTRATADA deverá fornecer assistência técnica total garantida de 12 (doze) meses sobre todo o serviço realizado, o que inclui todos os equipamentos condicionadores de ar e ventilação mecânica, seus acessórios, bem como a instalação em geral.

**10.2.** A CONTRATADA deverá tomar providências necessárias ao pronto atendimento aos eventuais chamados para manutenção corretiva, que deverá ocorrer em até 1 (um) dia útil, para verificação inicial de falhas, e 3 (três) dias úteis para proceder a eventual substituição de peças ou correção de serviços.

## **11. DA CONTRATAÇÃO E DO PRAZO DE ENTREGA**

**11.1.** A contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência será formalizada mediante assinatura de Instrumento de Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, com alterações posteriores.

**11.2.** Diante da inserção dos autos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, é obrigatório o cadastro do representante da licitante como usuário externo do SEI, nos termos do art. 4º do Ato Normativo DPG nº 194, de 31 de maio de 2021 (disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Materia/MateriaMostra.aspx?idItem=95279&idModulo=9788>), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de notificação específica expedida pela CONTRATANTE.

**11.2.1.** O não cadastramento como usuário externo no prazo determinado implicará, após seu vencimento, a não celebração da contratação, sem prejuízo das demais cominações legais.

**11.3.** A CONTRATADA terá prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o respectivo Instrumento de Contrato no SEI - Sistema Eletrônico de Informações, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**11.4.** O contrato terá vigência até a conclusão dos serviços, contados a partir da assinatura do contrato.

**11.4.1.** O prazo de execução dos serviços será de 20 (vinte) dias, contados a partir da data estabelecida para o início dos serviços indicada na Ordem de Serviços.

**11.4.2.** O prazo indicado no item 11.4.1 poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no § 1º do artigo 57, da Lei nº 8.666/1993, mediante termo de aditamento, atendido o estabelecido no § 2º do referido dispositivo legal.

**11.4.3.** Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser devidamente justificados pela Contratada e serão protocolados, antes do vencimento do prazo de execução, para serem submetidos à apreciação superior.

**11.4.1.1.** Após o prazo de 72 (setenta e duas) horas sem que haja confirmação de recebimento, a Ordem de Serviço será considerada recebida.

**11.4.1.2.** Caso a mensagem seja devolvida, importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

**11.5.** Eventuais interrupções somente serão aceitas pela CONTRATANTE se devidamente comprovados os fatos causadores das ocorrências inviabilizadoras e se os mesmos não decorrerem, direta ou indiretamente, de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA.

## **12. DA FORMA DE PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão total dos serviços e emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme item 14.

**12.2.** A empresa deverá estar devidamente cadastrada e ativa no CAUFESP - Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo, seguindo as orientações contidas no site através do endereço: [http://www.bec.sp.gov.br/Caufesp/\(S\)jugfjs45h4slobibkfkzcyjc\)/Publico/ComoCadastrar.aspx?chave](http://www.bec.sp.gov.br/Caufesp/(S)jugfjs45h4slobibkfkzcyjc)/Publico/ComoCadastrar.aspx?chave).

**12.3.** O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914/1999), contados da data da remessa da Nota Fiscal/Fatura no e-mail [dea@defensoria.sp.def.br](mailto:dea@defensoria.sp.def.br) ou por meio do processo correlato no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, acompanhada do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

**12.3.1.** Para fins de envio da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá encaminhar os respectivos documentos de faturamento através de cadastramento de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI ou outro meio indicado previamente pelo fiscal do contrato.

**12.3.2.** A nota fiscal também deverá ser emitida no formato "CSV", com envio do respectivo documento diretamente para o e-mail [dof@defensoria.sp.def.br](mailto:dof@defensoria.sp.def.br).

**12.4.** A nota fiscal/fatura que apresentar incorreção será devolvida à CONTRATADA para as devida correção. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 12.3 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções, a vista do Termo de Recebimento Definitivo.

**12.5.** O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A.

**12.6.** Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74, da Lei Paulista de Contratos Administrativos, bem como juros moratórios, estes à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", em relação ao atraso verificado.

**12.7.** Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização do pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

**12.8.** A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

**12.9.** O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

**12.10.** Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços.

**12.11.** Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

**12.11.1.** A CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.

**12.11.2.** Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

**12.12.** Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

**12.12.1.** A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção.

**12.12.2.** A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

**12.12.3.** Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

**12.12.4.** A não apresentação dessas comprovações assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo.

### 13. DAS SANÇÕES

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 78 ensejará a rescisão, na forma definida no artigo 79, acarretando as consequências enumeradas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88, do mesmo diploma legal.

**13.2.** A Contratada sujeita-se à sanção prevista no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente, às previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**13.3.** As sanções de que tratam os itens acima poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237/2023, garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverão ser registradas no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções” ([www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br)), e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS” ([www.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis)).

**13.4.** As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**13.5.** A Contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas.

**13.6.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução dos serviços objeto da Ata de Registro de Preços, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**13.7.** A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela Contratada.

### 14. DO RECEBIMENTO

**14.1.** Executados os serviços, a CONTRATADA deverá comunicar a Fiscalização, por escrito e dentro do prazo contratual, a fim de que a CONTRATANTE realize a vistoria, em até 2 (dois) dias úteis após a comunicação, para fins de recebimento. Quando da entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sendo verificado o atendimento integral do objeto, será emitido Termo de Recebimento.

**14.2.** Havendo a ocorrência de falha, constatação de avarias e qualquer incompatibilidade do serviço e dos equipamentos fornecidos, não será expedido o Termo de Recebimento, ficando a CONTRATADA obrigada a proceder os devidos reparos e ajustes no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, a partir da notificação pela Fiscalização.

**14.2.1.** Por ocasião da primeira vistoria, serão verificadas/ anotadas todas as pressões de trabalho do fluido refrigerante de cada equipamento e comparadas com o Manual do Fabricante.

**14.2.2.** Após 5 (cinco) dias consecutivos a contar da primeira vistoria, a Fiscalização vistoriará novamente todas as pressões e comparará com os valores anotados anteriormente. Caso haja alguma variação, a CONTRATADA deverá, prontamente, verificar e sanar qualquer vazamento existente.

**14.3.** O recebimento do serviço dar-se-á definitivamente após o atendimento integral das especificações contratadas.

**14.4.** Não sendo solucionadas as pendências apontadas pela Fiscalização, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades constantes do Ato Normativo DPG nº 237, de 28 de março de 2023 e das previstas nas Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002.

**14.5.** A aceitação dos serviços não exonerará a contratada, nem seus técnicos, de indenização no caso de responsabilidade civil ou técnica para futuros eventos, decorrentes ou relacionados com a execução dos serviços, nos termos do Código Civil Brasileiro.

### 15. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

**15.1.** A validade das propostas deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

### 16. DO BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

**16.1.** O percentual de BDI de 12,42% utilizado para materiais foi o limite indicado na Nota Técnica da Secretaria de Controle Interno do STF, nº 04/2013 de 19/10/2013, sendo oriundo da aplicação da seguinte fórmula e valores:

$$BDI = \left[ \frac{(1 + DA) \times (1 + DF)}{(1 - T)} \right] - 1, \text{ onde}$$

DA = Despesa Administrativa = 0,05 (5%)

DF = Despesa Financeira (média da Selic de 1 ano) = 0,0102 (1,02%)

T = Tributos = 0,0565 (5,65%, sendo 3% de COFINS, 0,65% de PIS e 2% de CPRB)

**\*OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** na prestação dos serviços serão recolhidos os tributos reais incidentes. Os tributos indicados acima foram utilizados como parâmetro para definição de um BDI de referência.

**16.2.** O percentual de BDI de 28,42% utilizado para serviços foi o limite indicado na Nota Técnica da Secretaria de Controle Interno do STF, nº 04/2013 de 19/10/2013, sendo oriundo da aplicação da seguinte fórmula e valores:



$$BDI = \left[ \frac{(1 + DA) \times (1 + DF) \times (1 + LB)}{(1 - T)} \right] - 1, \text{ onde}$$

DA = Despesa Administrativa = 0,05 (5%)

DF = Despesa Financeira (média da Selic de 1 ano) = 0,0102 (1,02%)

LB = Lucro Bruto = 0,1 (10%)

T = Tributos = 0,0914 (9,14%, sendo 3,49% de média de ISS, 3% de COFINS, 0,65% de PIS e 2% de CPRB)

**\*OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** na prestação dos serviços serão recolhidos os tributos reais incidentes. Os tributos indicados acima foram utilizados como parâmetro para definição de um BDI de referência.

**16.3.** A Proponente deverá apresentar seu valor de BDI e o cálculo utilizado para chegar ao valor apresentado, podendo apresentar valor menor para a disputa do certame.

**16.4.** O BDI, conforme prevê a legislação, deverá ser destacado em item próprio na planilha orçamentária, não devendo fazer parte da composição dos preços unitários.

## 17. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**17.1.** A proponente deverá apresentar registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove ramo de atividade relacionada com o objeto, em plena validade.

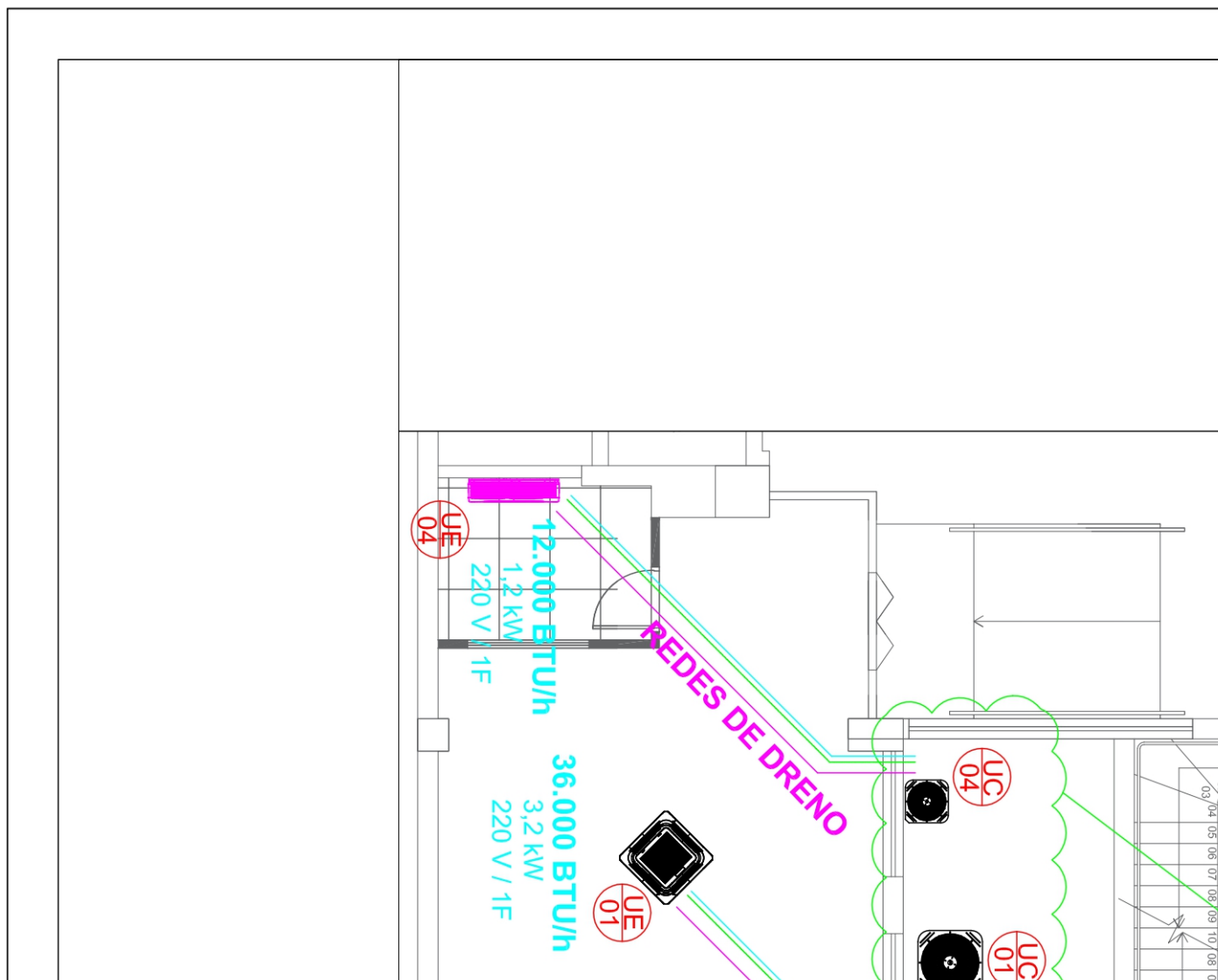
**17.2.** A proponente deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão de, no mínimo, 50% da capacidade de refrigeração total dos equipamentos (em quantidades de BTU/h), para o desempenho de atividades de fornecimento e instalação de equipamentos condicionadores de ar iguais ou similares aos apresentados no item 3 deste Termo de Referência.

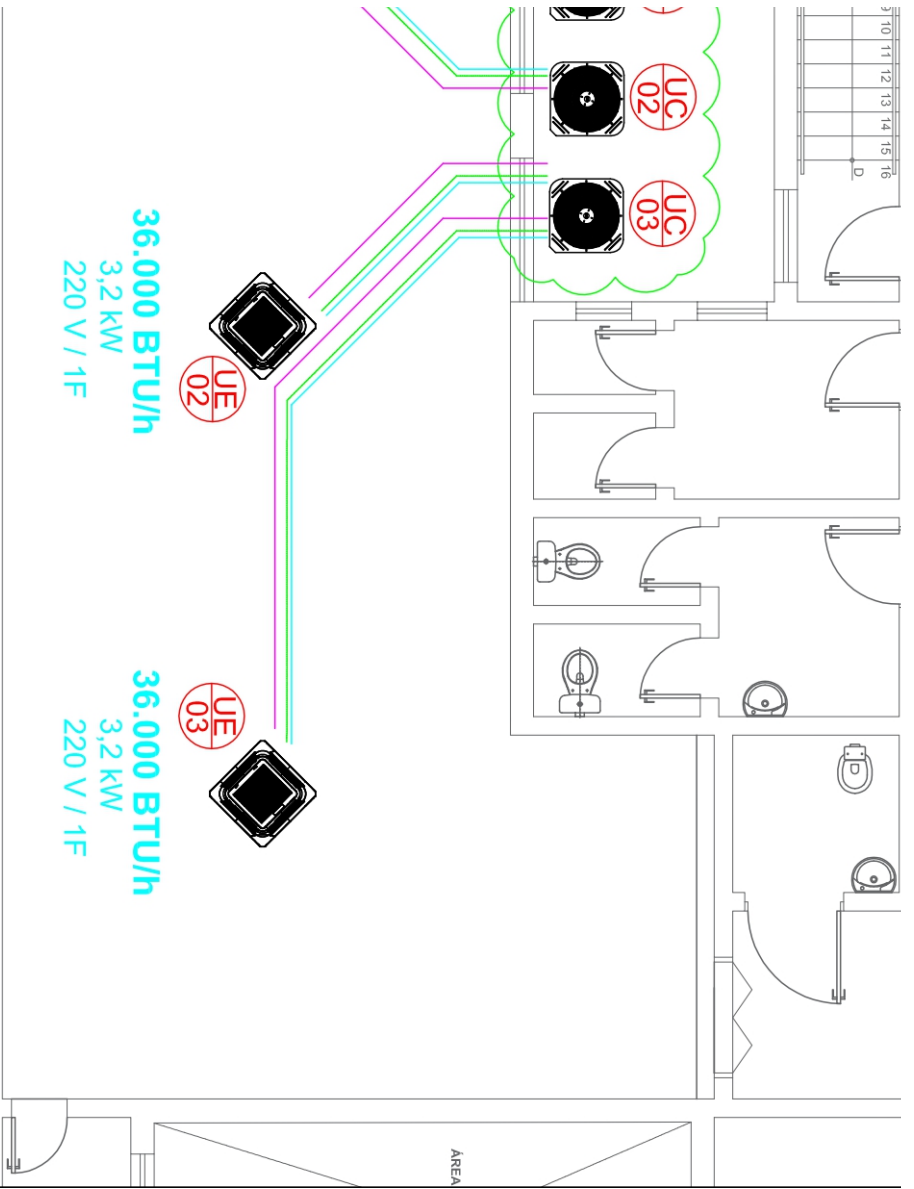
**17.2.1.** Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto da licitação que a empresa prestou os serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação.

**17.3.** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

**17.4.** deverá apresentar declaração de que possui engenheiro mecânico e engenheiro elétrico capacitados em sua equipe para serem os responsáveis técnicos pelos serviços de fornecimento e instalação de equipamentos condicionadores de ar iguais ou similares aos apresentados no item 3 deste Termo de Referência.

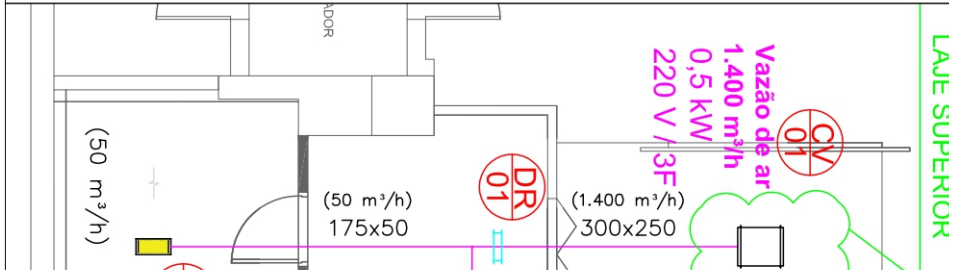
## ANEXO A - DESENHOS TÉCNICOS

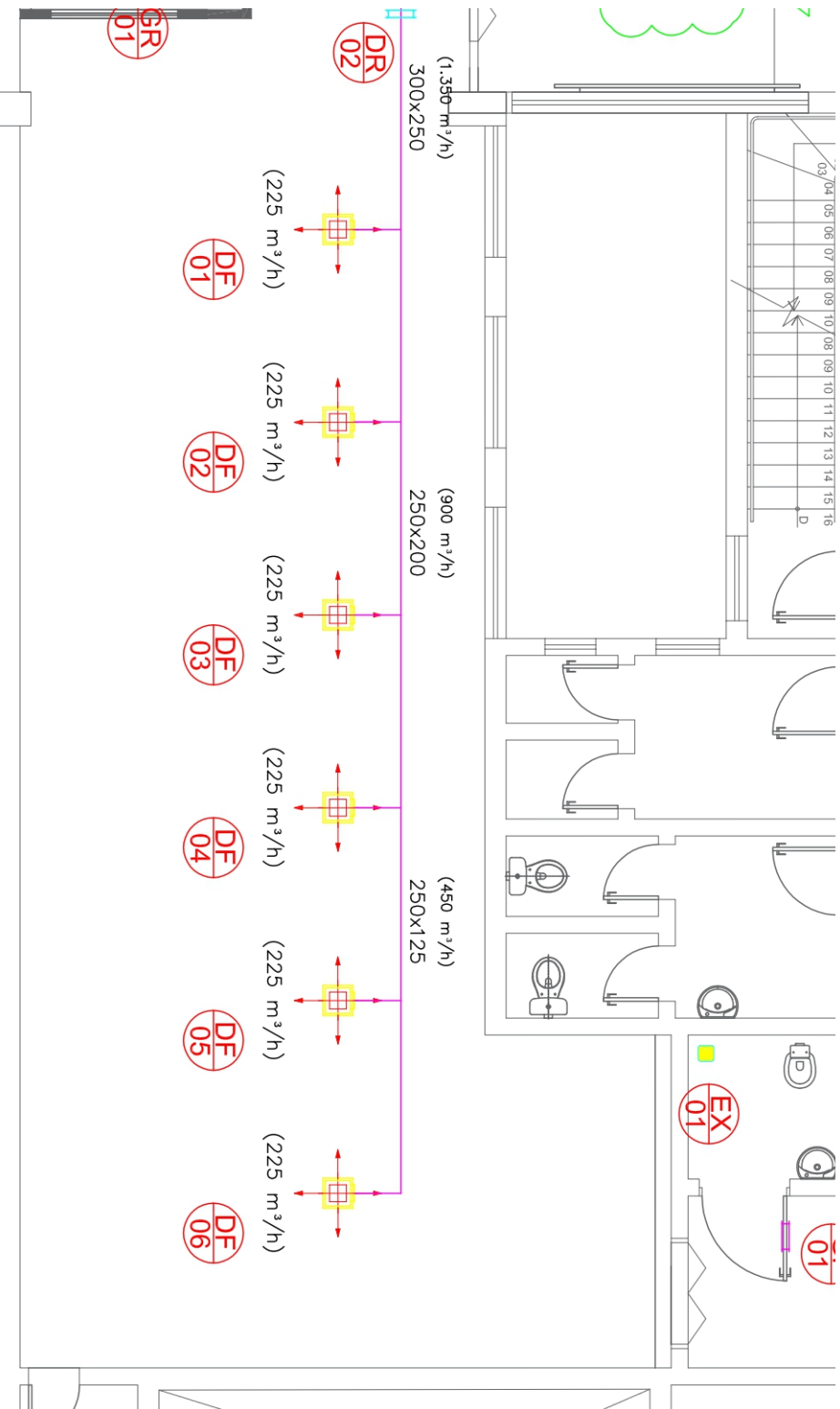




**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

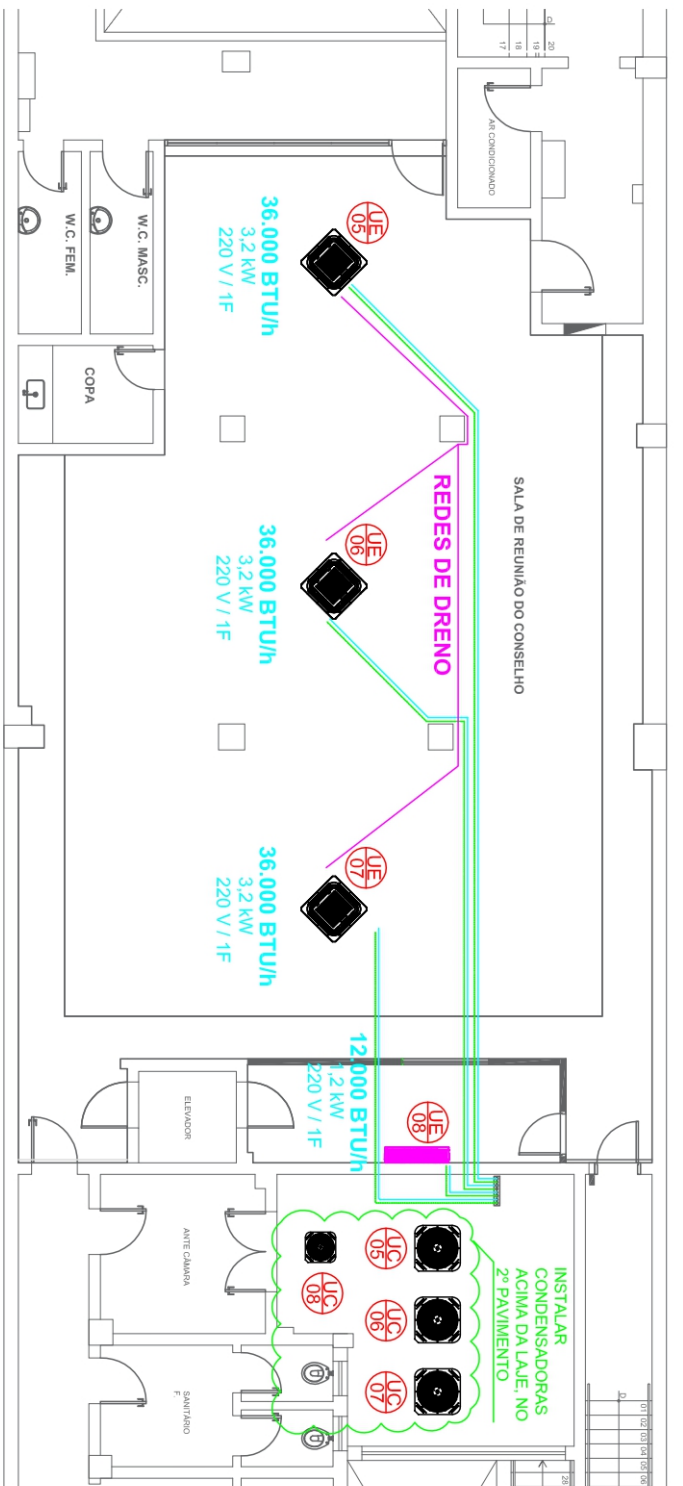
LOCAL:	SEDE ADMINISTRATIVA - AUDITÓRIO - TERREO		
ENDEREÇO:	RUA BOA VISTA, 200 - CENTRO - SÃO PAULO - SP		
TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO:	PROPOSTA DE CLIMATIZAÇÃO		
LEVANTAMENTO:	PROJETO INICIAL:		
PROJETO INTERNO / OCUPAÇÃO:	COLABORAÇÃO:		
MARCELO RONZE TARGA (ENGENHEIRO)	APROVAÇÃO FINAL:		
REVISÃO / ALTERAÇÃO:	DATA PROJETO:		
	DATA ALTERAÇÃO:	ESCALA:	FOLHA:
	SEM ESCALA	1/4	VERSÃO:
ARQUIVO:			





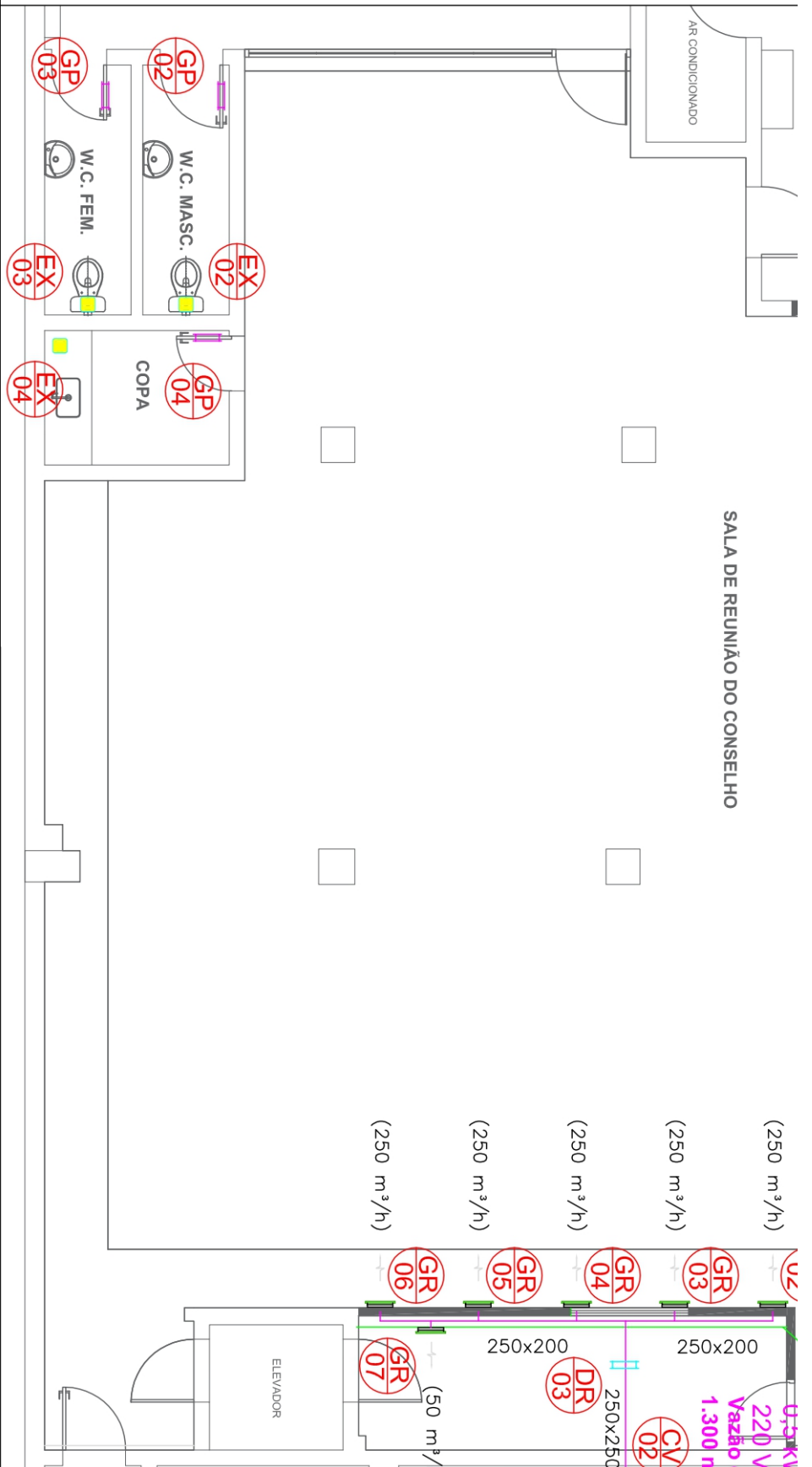
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

<b>LOCAL:</b>			
SEDE ADMINISTRATIVA - AUDITÓRIO - TERREO			
<b>ENGENHEIRO:</b>			
RUA BOA VISTA, 200 - CENTRO - SÃO PAULO - SP			
<b>TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO:</b>			
PROPOSTA DE VENTILAÇÃO MECÂNICA			
<b>LEVANTAMENTO:</b>			
<b>PROJETO INTERNO / OCUPAÇÃO:</b>		<b>PROJETO INICIAL:</b>	
MARCELO RONZE TARGA (ENGENHEIRO)		COLABORADOR:	
<b>REVISÃO / ALTERAÇÃO:</b>		<b>APROVAÇÃO FINAL:</b>	
ARQUIVO:		<b>DATA PROJETO:</b>	<b>DATA ALTERAÇÃO:</b>
		<b>ESCALA:</b>	<b>ESCALA:</b>
		SEM ESCALA	SEM ESCALA
		<b>FOLHA:</b>	<b>VERSÃO:</b>
		3/4	



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

LOCAL:		SEDE ADMINISTRATIVA - MEZANINO
ENGENHEIRO:		RUA BOA VISTA, 200 - CENTRO - SÃO PAULO - SP
TITULO DA INTERVENÇÃO:		PROPOSTA DE CLIMATIZAÇÃO
EVENTAMENTO:		PROJETO INICIAL:
PROJETO INTERNO / OCUPAÇÃO:		COLABORAÇÃO:
MARCELO RONZE TARGA (ENGENHEIRO)		APROVAÇÃO FINAL:
REVISÃO/ALTERAÇÃO:		DATA PROJETO:
ARQUIVO:		DATA ALTERAÇÃO:
		ESCALA:
		SEM ESCALA
		FOLHA:
		2/4
		VERSÃO:



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
 DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

<b>LOCAL:</b> SEDE ADMINISTRATIVA - MEZANINO		<b>PROJETO INICIAL:</b>	
<b>ENDEREÇO:</b> RUA BOA VISTA, 200 - CENTRO - SÃO PAULO - SP		<b>COLABORAÇÃO:</b>	
<b>TIPOLOGIA DA INTERVENÇÃO:</b> PROPOSTA DE VENTILAÇÃO MECÂNICA		<b>APROVAÇÃO FINAL:</b>	
<b>LEVANTAMENTO:</b>		<b>REVISÃO / ALTERAÇÃO:</b>	
<b>PROJETO INTERNO / OCUPAÇÃO:</b>		<b>APPROVAÇÃO FINAL:</b>	
<b>MARCELO RONZE TARGA (ENGENHEIRO)</b>		<b>APPROVAÇÃO FINAL:</b>	
<b>REVISÃO / ALTERAÇÃO:</b>		<b>APPROVAÇÃO FINAL:</b>	
<b>ARQUIVO:</b>	<b>DATA PROJETO:</b>	<b>DATA ALTERAÇÃO:</b>	<b>ESCALA:</b>
			SEM ESCALA
			FOLHA:
			4/4
			VERS:

## ANEXO B – PLANINHA REFERENCIAL DE PREÇO

PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇOS - CDHU versão 191									
Interessado					Imóvel		Data		
Defensoria Pública do Estado de São Paulo					Boa Vista nº 200 - Auditório e Mezanino (Conselho Superior)		10/18/2023		
Item	Cód. Custo	Descrição	Und.	Quant.	Material (R\$)	MO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	Total Mater (R\$)	
									<b>146,055.6</b>
1.01	CREA-SP	ART - Anotação de Responsabilidade Técnica	UN	1.00	254.59	0.00	254.59		254.59
1.02	01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	1.00	0.00	1,908.51	1,908.51		0.00
1.03	01.23.270	Furação de 4" em concreto armado	M	1.50	379.26	0.00	379.26		568.89
1.04	02.05.060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	M	12.00	0.00	10.77	10.77		0.00
1.05	02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	MXMES	6.00	24.03	4.23	28.26		144.18
1.06	04.02.140	Retirada de estrutura metálica	KG	880.00	2.33	0.00	2.33		2,050.40
1.07	04.07.040	Retirada de ferro qualquer em placas ou tiras apoiadas	M2	150.00	0.00	5.87	5.87		0.00
1.08	04.07.060	Retirada de sistema de fixação ou tarugamento de ferro	M2	150.00	0.00	4.41	4.41		0.00
1.09	04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	8.00	0.00	27.39	27.39		0.00
1.10	04.09.080	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, fixados	M	125.00	0.00	6.44	6.44		0.00
1.11	04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	M	50.00	0.00	2.60	2.60		0.00
1.12	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	550.00	0.00	2.17	2.17		0.00
1.13	04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	UN	5.00	0.00	10.84	10.84		0.00
1.14	04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo até 50 mm	M	60.00	0.00	10.84	10.84		0.00
1.15	05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	5.00	30.42	95.26	125.68		152.10
1.16	05.07.050	Remoção de entulho de obra com çapamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	M3	30.00	103.95	10.58	114.53		3,118.50
1.17	14.30.160	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos, espessura 120/90mm - IRF / 1RF LM	M2	4.50	225.47	0.00	225.47		1,014.62
1.18	24.20.020	Recolocação de esquadrias metálicas	M2	8.00	0.00	39.12	39.12		0.00
1.19	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	10.00	2.90	10.44	13.34		29.00
1.20	33.10.080	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo	M2	10.00	11.80	18.64	30.44		118.00
1.21	32.11.210	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 3/4" (22 mm)	M	90.00	2.49	9.98	12.47		224.10
1.22	32.11.270	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/4" (cobre)	M	125.00	6.73	9.98	16.71		841.25
1.23	32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	M	125.00	6.76	9.98	16.74		845.00
1.24	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	8.00	113.01	26.02	139.03		904.08
1.25	37.13.650	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	2.00	113.82	39.04	152.86		227.64
1.26	38.04.140	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2 1/2" com acessórios	M	40.00	81.43	52.05	133.48		3,257.20
1.27	38.05.040	Eletroduto galvanizado a quente conforme NBR6323 - 3/4" - com acessórios	M	50.00	24.32	26.02	50.34		1,216.00
1.28	38.07.216	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 5/16" (tirante)	M	50.00	8.94	6.10	15.04		447.00
1.29	38.07.300	Perfilduto perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	19.00	41.24	10.84	52.08		783.56
1.30	38.07.700	Canaleta aparente com tampa em PVC, autoextinguível, de 85 x 35 mm, com acessórios	M	5.00	62.18	13.01	75.19		310.90
1.31	38.23.330	Mão francesa dupla, galvanizada a fogo, L= 500 mm	UN	4.00	47.21	15.18	62.39		188.84
1.32	39.02.016	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	400.00	2.19	1.74	3.93		876.00
1.33	39.02.020	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	300.00	3.55	2.60	6.15		1,065.00
1.34	39.02.080	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	900.00	5.33	3.03	8.36		4,797.00
1.35	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	12.00	0.86	3.47	4.33		10.32
1.36	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	42.00	6.41	6.51	12.92		269.22
1.37	39.24.152	Cabo de cobre flexível de 3 x 2,5 mm², isolamento 500 V - isolamento PP 70°C	M	120.00	7.69	6.51	14.20		922.80
1.38	40.05.020	Interruptor com 1 tecla simples e placa	CJ	2.00	8.50	14.75	23.25		17.00
1.39	40.06.040	Condulete metálico de 3/4"	CJ	10.00	13.73	21.69	35.42		137.30
1.40	40.06.140	Condulete metálico de 2 1/2"	CJ	5.00	188.47	21.69	210.16		942.35
1.41	43.05.080	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	4.00	336.37	43.37	379.74		1,345.48
1.42	43.07.320	Ar condicionado a frio, tipo split cassette com capacidade de 36.000 BTU/h	CJ	6.00	13,897.49	352.97	14,250.46		83,384.94
1.43	43.07.330	Ar condicionado a frio, tipo split parede com capacidade de 12.000 BTU/h	CJ	2.00	3,289.57	341.92	3,631.49		6,579.14
1.44	COTAÇÃO	Botija de fluido refrigerante (gás) R-410A, com 11,35 kg	UN	3.00	612.91	0.00	612.91		1,838.73

PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇOS - CDHU versão 191									
Interessado					Imóvel		Data		
Defensoria Pública do Estado de São Paulo					Boa Vista nº 200 - Auditório e Mezanino (Conselho Superior)		10/18/2023		
Item	Cód. Custo	Descrição	Und.	Quant.	Material (R\$)	MO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	Total Mater (R\$)	
1.45	43.20.140	Bomba de remoção de condensados para condicionadores de ar	UN	1.00	776.58	43.37	819.95		776.58
1.46	46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	111.00	6.35	21.69	28.04		704.85
1.47	46.27.060	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/4", inclusive conexões	M	25.00	12.82	7.16	19.98		320.50
1.48	46.27.080	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 3/8", inclusive conexões	M	98.00	21.84	10.84	32.68		2,140.32
1.49	46.27.090	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/2", inclusive conexões	M	25.00	27.86	10.84	38.70		696.50
1.50	46.27.110	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 3/4", inclusive conexões	M	98.00	41.97	10.84	52.81		4,113.06
1.51	61.10.310	Duto flexível aluminizado, seção circular de 15cm (6")	M	6.00	17.56	11.70	29.26		105.36
1.52	61.10.401	Damper de regulagem manual, tamanho: 0,10 m² a 0,14 m²	M2	0.30	2,151.92	109.30	2,261.22		645.58
1.53	61.14.070	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.710 m³/h, pressão 35 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	2.00	4,951.88	260.22	5,212.10		9,903.76
1.54	61.10.511	Difusor para insuflamento de ar com plenum, multivias e colorinho	M2	0.54	4,029.82	173.88	4,203.70		2,176.10
1.55	61.10.564	Greiha de insuflação de ar em alumínio anodizado, de dupla deflexão, tamanho: até 0,10 m²	M2	0.22	2,678.92	243.44	2,922.36		589.36
1.56	61.10.569	Greilha de porta, tamanho: 0,03 m² a 0,06 m²	M2	0.26	3,289.96	238.46	3,528.42		855.39
1.57	61.20.450	Duto em chapa de aço galvanizado	KG	180.00	23.04	25.22	48.26		4,147.20
1.58	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	30.00	0.00	12.35	12.35		0.00
<b>Total</b>									<b>146,055.69</b>
<b>Prazo de execução: 20 dias.</b>					<b>% de referência de BDI</b>				<b>12.42%</b>
					<b>Valor de Referência do BDI</b>				<b>18,140.12</b>
<b>TOTAL GERAL</b>									<b>164,195.80</b>

## ANEXO II

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

**[a ser apresentada em papel timbrado apenas pelas vencedoras do certame]**

Pregão Eletrônico nº 058/2023.

Processo 2023/0019334

Nome da empresa: CNPJ:

Endereço: Telefone:

**Objeto:** Fornecimento e instalação de sistemas condicionadores de ar do tipo split hi-wall e split cassette, todos com tecnologia inverter, bem como em fornecer e instalar sistemas de ventilação mecânica com redes de dutos de insuflação de ar, incluindo a retirada parcial e posterior montagem dos forros atualmente instalados em dois espaços ocupados pela defensoria pública do estado de são paulo - dpesp - em sua sede administrativa

PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇOS - CDHU versão 191											
Interessado					Imóvel		Data				CDHU
Defensoria Pública do Estado de São Paulo					Boa Vista nº 200 - Auditório e Mezanino (Sala reunião do Conselho Superior)		13/11/2023				versão 191
Item	Cód. Custo	Descrição	Und.	Quant.	Material (R\$)	MO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	Total Material (R\$)	Total MO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
1.01	CREA-SP	ART - Anotação de Responsabilidade Técnica	UN	1,00							
1.02	01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	1,00							
1.03	01.23.270	Furação de 4" em concreto armado	M	1,50							
1.04	02.05.060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	M	12,00							
1.05	02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	MXMES	6,00							
1.06	04.02.140	Retirada de estrutura metálica	KG	880,00							
1.07	04.07.040	Retirada de forro qualquer em placas ou tiras apoiadas	M2	150,00							
1.08	04.07.060	Retirada de sistema de fixação ou tarugamento de forro	M2	150,00							
1.09	04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	8,00							
1.10	04.09.080	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, fixados	M	125,00							
1.11	04.18.370	Remoção de condutor aparente diâmetro externo até 6,5 mm	M	50,00							
1.12	04.18.390	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	550,00							
1.13	04.19.060	Remoção de disjuntor termomagnético	UN	5,00							
1.14	04.22.110	Remoção de tubulação elétrica aparente com diâmetro externo até 50 mm	M	60,00							
1.15	05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	5,00							
1.16	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	M3	30,00							
1.17	14.30.160	Divisória em placas de gesso acartonado, resistência ao fogo 60 minutos, espessura	M2	4,50							
1.18	24.20.020	Recolocação de esquadrias metálicas	M2	8,00							
1.19	33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	10,00							
1.20	33.10.030	Tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo	M2	10,00							
1.21	32.11.210	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 3/4"	M	90,00							
1.22	32.11.270	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de	M	125,00							
1.23	32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de	M	125,00							
1.24	37.13.630	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	8,00							
1.25	37.13.650	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	2,00							
1.26	38.04.140	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2 1/2" com acessórios	M	40,00							
1.27	38.05.040	Eletroduto galvanizado a quente conforme NBR6323 - 3/4" - com acessórios	M	50,00							
1.28	38.07.216	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 5/16" (tirante)	M	50,00							
1.29	38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	19,00							
1.30	38.07.700	Canaleta aparente com tampa em PVC, autoextinguível, de 85 x 35 mm, com acessórios	M	5,00							
1.31	38.23.330	Mão francesa dupla, galvanizada a fogo, L= 500 mm	UN	4,00							
1.32	39.02.016	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	M	400,00							
1.33	39.02.020	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	M	300,00							
1.34	39.02.030	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	M	900,00							
1.35	39.10.050	Terminal de compressão para cabo de 2,5 mm²	UN	12,00							
1.36	39.10.060	Terminal de pressão/compressão para cabo de 6 até 10 mm²	UN	42,00							
1.37	39.24.152	Cabo de cobre flexível de 3 x 2,5 mm², isolamento 500 V - isolação PP 70°C	M	120,00							
1.38	40.05.020	Interruptor com 1 tecla simples e placa	CJ	2,00							
1.39	40.06.040	Condutete metálico de 3/4"	CJ	10,00							
1.40	40.06.140	Condutete metálico de 2 1/2"	CJ	5,00							

PLANILHA REFERENCIAL DE PREÇOS - CDHU versão 191											
Interessado					Imóvel		Data				CDHU
Defensoria Pública do Estado de São Paulo					Boa Vista nº 200 - Auditório e Mezanino (Sala reunião do Conselho Superior)		13/11/2023				versão 191
Item	Cód. Custo	Descrição	Und.	Quant.	Material (R\$)	MO (R\$)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	Total Material (R\$)	Total MO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	
1.41	43.05.030	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	4,00							
1.42	43.07.320	Ar condicionado a frio, tipo split cassette com capacidade de 36.000 BTU/h	CJ	6,00							
1.43	43.07.330	Ar condicionado a frio, tipo split parede com capacidade de 12.000 BTU/h	CJ	2,00							
1.44	COTAÇÃO	Botija de fluido refrigerante (gás) R-410A, com 11,35 kg	UN	3,00							
1.45	43.20.140	Bomba de remoção de condensados para condicionadores de ar	UN	1,00							
1.46	46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	111,00							
1.47	46.27.060	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/4", inclusive conexões	M	25,00							
1.48	46.27.080	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 3/8", inclusive conexões	M	98,00							
1.49	46.27.090	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 1/2", inclusive conexões	M	25,00							
1.50	46.27.110	Tubo de cobre flexível, espessura 1/32" - diâmetro 3/4", inclusive conexões	M	98,00							
1.51	61.10.310	Duto flexível aluminizado, seção circular de 15cm (6")	M	6,00							
1.52	61.10.401	Damper de regulagem manual, tamanho: 0,10 m² a 0,14 m²	M2	0,30							
1.53	61.14.070	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.710 m³/h, pressão 35 mmCA -	UN	2,00							
1.54	61.10.511	Difusor para insuflamento de ar com plenum, multivias e colarinho	M2	0,54							
1.55	61.10.564	Grelha de insuflação de ar em alumínio anodizado, de dupla deflexão, tamanho: até 0,10	M2	0,22							
1.56	61.10.569	Grelha de porta, tamanho: 0,03 m² a 0,06 m²	M2	0,26							
1.57	61.20.450	Duto em chapa de aço galvanizado	KG	180,00							
1.58	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	30,00							
<b>Prazo de execução: 20 dias.</b>					<b>Total</b>						
					<b>% de referência de BDI</b>						
					<b>Valor de Referência do BDI</b>						
					<b>TOTAL GERAL</b>						

1. Declaramos que elaboramos nossa proposta atendendo a todas as condições e especificações previstas no Termo de Referência referente ao PROCESSO SEI N° 2023/0019334.

2. Os preços são finais e neles estão inclusos todos os custos, tributos, encargos sociais e demais despesas relativas ao fornecimento, objeto desta licitação, de forma a se constituírem na única

contraprestação a ser paga pela Defensoria Pública.

3. Segue anexa a indicação do número da Conta Corrente e Agência da Instituição financeira Banco do Brasil S.A em que somos correntistas. Ou

4. Declaramos que se vencedores do certame licitatório, providenciaremos a abertura da Conta Corrente nessa Instituição no prazo de até 03 (três) dias úteis da data da publicação do resultado da licitação no Diário Oficial do Estado;

5. Prazo de validade da Proposta: 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

Dados do responsável pela assinatura do Instrumento de Contrato:

Nome	
Nacionalidade	
Profissão	
Cargo	
Telefone	
E-mail	

Pela presente, apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, nossa Proposta relativa à licitação em epígrafe assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

Nome da empresa  
Assinatura  
Cargo do representante

#### ANEXO III

#### ATO NORMATIVO DPG Nº 237, DE 28 DE MARÇO DE 2023

*Disciplina os procedimentos voltados ao processo administrativo sancionatório no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências.*

**Considerando** a autonomia administrativa da Defensoria Pública, instituída pelo art. 134, §2º, da Constituição Federal;

**Considerando** o disposto no art. 19, inciso XXI, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006;

**Considerando** a necessidade de observância do devido processo legal, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e das Leis Federais nº 14.133/2021, nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002;

**Considerando** a competência concorrente da Coordenadoria Geral de Administração, da Assessoria de Convênios e da Escola da Defensoria Pública do Estado para a prática de atos e instauração de procedimentos de apuração de infração de contratos e outros ajustes no rol das atribuições de cada órgão;

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 19, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, resolve:

#### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O processo administrativo sancionatório, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, obedecerá ao disposto no presente Ato.

Parágrafo único. Aplicam-se, subsidiariamente, às regras estabelecidas neste ato, as previsões das Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002 ou nº 14.133/2021, conforme o caso, bem como da Lei nº 13.019/2014, além de outros diplomas legais aplicáveis às contratações, aos convênios e outras modalidades de parceria firmados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Art. 2º Consideram-se autoridades competentes para editar portaria de instauração de procedimento sancionatório e nomear a Comissão Processante Administrativa ou o/a Servidor/a que conduzirá as diligências:

I - Coordenador/a Geral de Administração;

II - Diretor/a da Escola da Defensoria Pública;

III - Defensor/a Público/a Assessor/a de Convênios.

#### CAPÍTULO II

#### DOS INSTRUMENTOS REGIDOS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 14.133/2021, Nº 8.666/1993 e Nº 10.520/2002

#### Seção I

#### Da Fase de Conhecimento

Art. 3º Verificados indícios de ocorrência de infração às normas referidas no art. 1º deste Ato, o/a Defensor/a Público/a ou o/a Servidor/a responsável pela condução do processo administrativo licitatório ou pelo acompanhamento e fiscalização da execução do ajuste representará ao órgão competente para a apuração dos fatos, mediante encaminhamento de memorando pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou outro que venha substituí-lo.

Parágrafo único. Qualquer pessoa poderá apresentar à Defensoria Pública do Estado informações e notícias de fatos que possam caracterizar as infrações administrativas passíveis de apuração



em procedimento sancionatório.

Art. 4º O órgão competente, designado como interessado para fins de autuação, poderá constituir Comissão Processante Administrativa – CPA ou nomear Servidor/a para realizar diligências voltadas à apuração preliminar dos fatos e das circunstâncias envolvidas na conduta.

Art. 5º Oferecida a representação e realizadas, se o caso, as diligências preliminares, a autoridade competente apresentará portaria de instauração de apuração de infração, que conterà, com o maior detalhamento possível:

- I - identificação dos envolvidos;
- II - narração dos fatos que constituem a conduta irregular a ser apurada;
- III - remissão às normas legais, contratuais e convencionais violadas;
- IV - prazo e forma para apresentação da defesa.

§1º A portaria de instauração será instruída com os documentos hábeis a demonstrar as irregularidades apontadas, sem prejuízo dos demais meios de prova que poderão ser utilizados em fase própria de instrução.

§2º A Administração poderá utilizar fotografias ou qualquer outro meio mecânico ou eletrônico, bem como laudos técnicos, a fim de comprovar a irregularidade.

Art. 6º A autoridade competente determinará a citação do interessado para apresentação de defesa.

Art. 7º Instaurado o processo sancionatório, os autos ficarão a cargo da Comissão Processante Administrativa – CPA ou Servidor/a nomeado/a, a quem incumbirá a realização dos atos de expediente para o seu devido processamento.

Art. 8º O interessado será citado por mensagem eletrônica enviada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou outro que venha substituí-lo, ao endereço eletrônico previamente cadastrado e por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

§1º O prazo para apresentação da defesa escrita e especificação de provas que pretenda produzir será de 15 (quinze) dias úteis, contados na forma do artigo 30 ou da publicação no Diário Oficial do Estado, o que ocorrer por último.

§2º O interessado poderá constituir advogado, mediante procuração.

§3º Durante a instrução, será concedida vista dos autos ao interessado ou ao seu advogado mediante simples solicitação, ressalvados os documentos protegidos por sigilo.

Art. 9º Transcorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante Administrativa – CPA ou o/a Servidor/a nomeado/a instruirá o procedimento e remeterá os autos à autoridade competente para:

- I - deferir ou indeferir, motivadamente, as provas postuladas ou produzidas pelo interessado;
- II - determinar a realização das diligências que reputar pertinentes ao esclarecimento dos fatos;
- III - designar audiência de instrução; ou
- IV - declarar encerrada a instrução em caso de revelia, indeferimento de produção de provas ou se a representação estiver suficientemente instruída.

§1º - As provas somente poderão ser indeferidas quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

§2º - Na hipótese prevista no inciso IV, a instrução seguirá a previsão dos artigos 15 e seguintes.

Art. 10 Deferida a produção de provas, autorizada a realização de diligências, designada audiência de instrução ou sempre que se fizer necessário, o órgão competente para instrução poderá requisitar informações de outros órgãos diretamente, independentemente de vinculação hierárquica, mediante ofício, memorando ou envio dos autos do procedimento sancionatório, assinalando prazo para devolução.

Art. 11 Em caso de dilação probatória, o interessado será intimado para:

- I - acompanhar a produção das provas orais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias;
- II - formular quesitos e indicar assistente técnico, quando necessária prova pericial, no prazo de 7 (sete) dias.

Art. 12 Declarada encerrada a instrução pela autoridade competente, a licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados na forma prevista no artigo 30.

Art. 13 Concluída a instrução, os autos serão relatados pela Comissão Processante Administrativa – CPA ou pelo o/a Servidor/a nomeado/a e encaminhados, pela autoridade competente, à Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral para análise e parecer jurídico.

Art. 14 Com a análise jurídica, os autos serão submetidos à autoridade competente prevista no art. 2º, que deverá proferir decisão devidamente motivada, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

## **Seção II**

### **Da Fase Recursal**

Art. 15 Da decisão proferida pela autoridade competente caberá recurso ao/à Defensor/a Público/a-Geral, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados na forma prevista no artigo 30.

§1º O recurso será enviado à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que o receberá no efeito suspensivo, exceto quando se tratar de aplicação de medidas cautelares.

§2º A autoridade que proferiu a decisão poderá reconsiderá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da interposição do recurso.

§3º Caso não se retrate, a autoridade remeterá os autos à Assessoria Jurídica, para análise e parecer jurídico.

§4º Emitido o parecer jurídico, o/a Defensor/a Público/a-Geral proferirá decisão no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

## **Seção III**

### **Da Medidas Cautelares de Urgência**

Art. 16 A autoridade competente poderá adotar medidas cautelares de urgência no curso do processo sancionatório ou de forma antecedente, bem como no âmbito do processo de acompanhamento da licitação, do contrato ou da parceria firmada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

§1º As medidas cautelares de urgência deverão ser fundamentadas na preservação do interesse público e somente serão aplicadas quando estritamente indispensáveis à eficácia do ato final, em especial, para preservação da segurança na prestação do serviço público aos usuários da Defensoria Pública.

§2º Os processos sancionatórios em que forem aplicadas medidas cautelares terão prioridade sobre todos os outros.

§3º As medidas cautelares de que trata o *caput* são aquelas previstas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, a depender do diploma de regência da contratação, sem prejuízo da rescisão unilateral.

§4º Ao interessado será garantido o contraditório, ainda que diferido, concedendo-se prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação realizada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou outro que venha substituí-lo.

§5º Havendo manifestação do interessado, antes de ser proferida a decisão pela autoridade competente, será ouvida a Assessoria Jurídica.

§6º Da decisão de que trata o parágrafo anterior, caberá recurso ao Defensor Público-Geral, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados na forma prevista no artigo 30.

§7º O recurso será recebido com efeito suspensivo e observará, quanto à sequência procedimental, o previsto pelo artigo 15 deste Ato.

#### Seção IV

##### Das Sanções Administrativas

Art. 17 As penalidades a serem aplicadas em caso de procedência serão aquelas previstas nas Leis Federais nº 14.133/2021, nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, de acordo com a legislação de regência da contratação.

Art. 18 Quando cabível a sanção de multa, esta não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Art. 19 As sanções de advertência e multa previstas neste Ato serão aplicadas na seguinte conformidade:

I - os casos de descumprimento contratual de natureza leve e de menor potencial ofensivo, nos quais a contratada (ainda que tenha adotado medidas corretivas) mereça ser repreendida e/ou alertada de que a reincidência implicará penalidade de maior gravame ensejarão advertência;

II - o atraso injustificado na execução do contrato de prestação de serviços, na execução de obra ou na entrega de materiais sujeitará a contratada à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado:

a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à da alínea "a";

c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no inciso III abaixo, cumulativamente a este.

III - a inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, relacionadas quer à entrega do objeto, quer à de documentos exigidos no edital, submeterá a contratada:

a) aplicação de multa correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;

c) não sendo possível apurar o valor da obrigação não cumprida, ou, sendo irrisório o valor apurado, de forma a não atingir o caráter sancionador, a aplicação da multa obedecerá a regra estabelecida pelo art. 18, atendidos os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

IV - a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

a) multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato; ou,

b) pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim;

§1º A pena de multa poderá ser cumulada com as demais penas previstas neste ato.

§2º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§3º As multas serão corrigidas monetariamente de acordo com a variação da UFESP, até a data de seu efetivo pagamento.

§4º Sendo inviável a compensação da multa com eventuais créditos retidos, o sancionado será intimado a efetuar o pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§5º Em caso de inadimplemento da multa, total ou parcial, serão adotadas as medidas cabíveis para a cobrança judicial e para a inscrição do sancionado nos cadastros de inadimplentes com o Poder Público.

Art. 20 A pena de impedimento de licitar e contratar terá prazo máximo de 03 anos e valerá no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, sendo cabível nos casos em que o sancionado:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Instituição, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Parágrafo único. As hipóteses deste artigo poderão ser ampliadas por previsão legal.

Art. 21 A pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e será cabível nos seguintes casos:

I – apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato

II - fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportamento de modo inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza;

IV - prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Parágrafo único. As hipóteses deste artigo poderão ser ampliadas por previsão legal.

Art. 22 A pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar só poderá ser aplicada pelo/a Defensor/a Público/a-Geral e dela caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser

apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados na forma prevista no artigo 30.

§1º O/a Defensor/a Público/a-Geral poderá encaminhar os autos à Assessoria Jurídica, para análise parecer.

§2º Devolvidos os autos, o pedido de reconsideração deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 23 A pena de suspensão para licitar e contratar só poderá ser aplicada quando a contratação estiver sendo regida por legislação que autorize sua utilização.

Art. 24 A aplicação das sanções previstas neste ato não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Defensoria Pública.

#### **Seção V**

##### **Da Desconsideração da Personalidade Jurídica**

Art. 25 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos neste Ato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

§1º O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado, em processo apartado, a pedido da autoridade competente, conforme art. 2º deste Ato.

§2º A instauração do incidente suspenderá o curso do processo sancionatório.

§3º Os administradores e sócios com poderes de administração serão citados, por mensagem eletrônica ou por carta com aviso de recebimento, para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados na forma prevista no artigo 30.

§4º Decorrido o prazo para manifestações dos administradores ou sócios, os autos serão encaminhados à autoridade competente para:

I - deferir ou indeferir, motivadamente, as provas postuladas ou produzidas pelo interessado;

II - determinar a realização das diligências que reputar pertinentes ao esclarecimento dos fatos;

III - declarar encerrada a instrução em caso de revelia, de indeferimento de produção de provas ou se o incidente estiver suficientemente instruído.

§5º Encerrada a instrução, os autos serão relatados e encaminhados para a Assessoria Jurídica da Defensoria Pública-Geral para análise e parecer jurídico.

§6º Com a análise jurídica, os autos serão submetidos à autoridade competente da Coordenadoria Geral de Administração, da EDEPE ou da Assessoria de Convênios, que deverá proferir decisão devidamente motivada e o processo sancionatório seguirá imediatamente seu curso.

§7º Contra essa decisão caberá recurso somente após a decisão final da aplicação de sanção, se o caso, nos termos do artigo 15 deste Ato.

#### **Seção VI**

##### **Da Reabilitação**

Art. 26 É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Defensoria Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

§1º Havendo a reabilitação do licitante ou contratado, deverão ser retirados os lançamentos do portal da transparência, do e-sanções, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

§2º Caso a multa aplicada seja imediatamente compensada com valores retidos pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, não serão necessários os lançamentos previstos no parágrafo anterior.

#### **Seção VII**

##### **Da Prescrição**

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Defensoria Pública, e será:

I - interrompida pela instauração do procedimento sancionatório a que se refere este Ato;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

#### **Seção VIII**

##### **Da Inscrição na Dívida Ativa**

Art. 28 Na ocorrência da hipótese prevista no artigo 19, §5º, os autos serão encaminhados à Assessoria Jurídica para inscrição do débito na dívida ativa estadual.

§1º A inscrição na dívida ativa estadual será realizada por Servidores/as formalmente designados/as pela Coordenação da Assessoria Jurídica.

§2º Caberá ao/a Servidor/a designado/a comunicar à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo o número da Certidão da Dívida Ativa gerada, para ciência e providências.

§3º Após a inscrição do débito na dívida ativa estadual, os autos serão instruídos com a respectiva Certidão da Dívida Ativa e devolvidos ao órgão responsável pela apuração da infração contratual.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS INSTRUMENTOS DE PARCERIA REGIDOS PELAS LEIS FEDERAIS Nº 13.019/2014, Nº 14.133/2021, Nº 8.666/1993 E DEMAIS INSTRUMENTOS CONGÊNERES**

Art. 29 Aos termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres serão observados, no que couber, o disposto no

Capítulo II deste Ato.

§1º Caso o procedimento sancionatório verse sobre termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação, regidos pela Lei nº 13.019/2014, caberá à Comissão de Monitoramento e Avaliação proferir decisão em caso de arquivamento ou aplicação da penalidade de advertência.

§2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação elaborará parecer e encaminhará para decisão do/a Primeiro Subdefensor/a Público/a-Geral quando o procedimento sancionatório versar sobre as penalidades descritas nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/ 2014.

§3º Não caberá recurso na hipótese prevista no parágrafo anterior, apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados na forma prevista no artigo 30, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

§4º Poderão ser aplicadas as medidas cautelares de urgência previstas no art. 62 da Lei Federal nº 13.019/2014, nos casos de termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, sem prejuízo da rescisão unilateral.

§5º As penalidades a serem aplicadas em caso de procedência do procedimento sancionatório são aquelas previstas nos instrumentos de convênio e demais parcerias, de acordo com a respectiva legislação de regência.

§6º As sanções aplicáveis em casos de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação são aquelas listadas no art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, cabendo:

I – advertência, na hipótese de descumprimento de obrigação por organização da sociedade civil sem anterior condenação;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos, nas hipóteses de reincidência em infração de maior potencial ofensivo e naquelas listadas no art. 20;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, na hipótese de infração realizada com dolo e que cause grave dano à Administração Pública;

#### CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 Todos os prazos para apresentação de defesa, recursos ou pedidos de reconsideração mencionados nesse Ato serão contados a partir do dia útil subsequente ao envio de intimação por mensagem eletrônica enviada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou outro que venha substituí-lo, ao endereço eletrônico previamente cadastrado.

Art. 31 Salvo disposições em contrário, as intimações dos despachos, decisões interlocutórias e finais serão feitas por mensagem eletrônica enviada pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou outro que venha substituí-lo, ao endereço eletrônico previamente cadastrado.

§1º São válidas as intimações dirigidas ao endereço eletrônico previamente cadastrado do interessado, declinado no instrumento contratual ou convencional, cumprindo-lhe atualizar o respectivo endereço eletrônico sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

§2º Sem prejuízo da regra prevista pelo *caput*, o dispositivo da decisão que encerrar a fase de conhecimento será publicado no Diário Oficial do Estado após o transcurso do prazo recursal.

Art. 32 As petições serão encaminhadas pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou outro que venha substituí-lo, mediante cadastro do interessado como usuário externo, sendo consideradas, para efeito de prazo, a data de *upload* no sistema.

Art. 33 O procedimento sancionatório será sigiloso até decisão final, salvo em relação ao interessado, seu procurador ou terceiro que demonstre legítimo interesse.

Parágrafo único. Incidirá em infração disciplinar grave o/a Servidor/a que, por qualquer forma, divulgar irregularmente informações relativas à acusação, ao acusado ou ao procedimento.

Art. 34 O/A Coordenador/a Geral de Administração, o/a Diretor/a da EDEPE e o/a Defensor/a Público/a Assessor/a de Convênios poderão estabelecer, mediante portaria, normas complementares às estabelecidas no presente ato, regulamentando os procedimentos no âmbito das respectivas Unidades.

Art. 35 O presente Ato aplica-se aos processos administrativos sancionatórios para os quais não tenha havido decisão administrativa irreversível, no que couber.

Art. 36 Quando este Ato não dispuser sobre prazo específico para a prática do ato, deverão ser respeitados aqueles previstos em legislações subsidiárias.

Art. 37 As normas estabelecidas neste Ato deverão constar em todos os instrumentos convocatórios, contratos administrativos efetivamente celebrados, termos de convênio e parcerias efetivamente assinados.

Art. 38 As disposições deste Ato aplicam-se aos contratos ou instrumentos substitutivos que, nos termos da legislação vigente, forem realizados com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Art. 39 O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Ato Normativo DPG nº 90, de 05 de agosto de 2014 e as demais disposições em contrário.

#### ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023**

**PROCESSO Nº 2023/0019334**

[INSERIR NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA] devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CNPJ], por intermédio de seu representante legal, o(a) senhor(a) [INSERIR NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL] Artador(a) da Cédula de Identidade RG nº [INSERIR NÚMERO DO RG DO REPRESENTANTE LEGAL] inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CPF DO REPRESENTANTE LEGAL], **DECLARA** sob as penas da lei:

**A) que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, combinado com o inciso V, do art. 27, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.....).**

**Observação: somente em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima;**

**B)** que cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo;

**C)** que atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467 de 13 de julho de 2017;

**D)** a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**E)** ter ciência de que a existência de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo ("CADIN ESTADUAL"), exceto se suspenso, constitui impedimento à realização dos atos a que se referem os incisos I a IV, do artigo 6º, da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, sem prejuízo das demais cominações legais.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de [ANO]

---

**Responsável (nome/cargo/assinatura)**  
**Nome da Empresa**  
**(Nº do CNPJ da Empresa)**

**Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa**

#### ANEXO V

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023**

**PROCESSO Nº 2023/0019334**

[INSERIR NOME COMPLETO DA EMPRESA] devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CNPJ], por intermédio de seu representante legal, o(a) senhor(a) [INSERIR NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [INSERIR NÚMERO DO RG DO REPRESENTANTE LEGAL], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CPF DO REPRESENTANTE LEGAL], **DECLARA**, sob as penas da lei, especialmente o artigo 299, do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outra licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) a licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal da licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARA**, ainda, que a condução dos negócios é realizada de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022 e do Decreto Estadual nº 67.684, de 03 de maio de 2023, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

---

**Responsável (nome/cargo/assinatura)**  
**Nome da Empresa**  
**(Nº do CNPJ da Empresa)**

**Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa**

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA**  
**OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023

PROCESSO Nº 2023/0019334

[INSERIR NOME COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA] devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CNPJ], por intermédio de seu representante legal, o(a) senhor(a) [INSERIR NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL] Artador(a) da Cédula de Identidade RG nº [INSERIR NÚMERO DO RG DO REPRESENTANTE LEGAL] inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CPF DO REPRESENTANTE LEGAL], **DECLARA**, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal, estando apta, portanto, a participar de licitação, realizada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de [ANO]

---

**Responsável (nome/cargo/assinatura)**

Nome da Empresa

(Nº do CNPJ da Empresa)

**Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa**

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**  
**(exigível apenas de cooperativas)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023

PROCESSO Nº 2023/0019334

[INSERIR NOME COMPLETO DA COOPERATIVA] devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CNPJ], por intermédio de seu representante legal, o(a) senhor(a) [INSERIR NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL] Artador(a) da Cédula de Identidade RG nº [INSERIR NÚMERO DO RG DO REPRESENTANTE LEGAL] inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CPF DO REPRESENTANTE LEGAL], **DECLARA**, sob as penas da lei, que atende plenamente às disposições da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 e que, no ano-calendário anterior, sua receita bruta auferida não superou o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, estando apta, portanto, a participar do Pregão Eletrônico nº 058/2023, realizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de [ANO]

---

**Responsável (nome/cargo/assinatura)**

Nome da Cooperativa

(Nº do CNPJ da Cooperativa)

**Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da cooperativa**

**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023

PROCESSO Nº 2023/0019334

[INSERIR NOME COMPLETO DA COOPERATIVA] devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CNPJ], por intermédio de seu representante legal, o(a) senhor(a) [INSERIR NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL] Artador(a) da Cédula de Identidade RG nº [INSERIR NÚMERO DO RG DO REPRESENTANTE LEGAL] inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [INSERIR NÚMERO DO CPF DO REPRESENTANTE LEGAL], **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- a. O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012;
- b. A cooperativa auferiu Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do artigo 3º, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com redação dada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de [ANO]

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Cooperativa

(Nº do CNPJ da Cooperativa)

**Obs.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da cooperativa**

## ANEXO IX

### MINUTA DO CONTRATO

**INSTRUMENTO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA xxxxxxxx, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS CONDICIONADORES DE AR DO TIPO SPLIT HI-WALL E SPLIT CASSETE, TO TECNOLÓGIA INVERTER, BEM COMO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA COM REDES DE DUTOS DE INJEÇÃO DE AR, INCLUINDO A RETIRADA PARCIAL E POSTERIOR MONTAGEM DOS FORROS ATUALMENTE INSTALADOS EM DOIS ESPAÇOS OCUPADOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - DPESP - EM SUA SEDE ADMINISTRATIVA.**

PREGÃO ELETRÔNICO xxx/2023

PROCESSO Nº 2023/0019334

CONTRATO Nº XXX/2023

### PREÂMBULO

De um lado,

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.036.157/0001-89, com sede na Rua Boa Vista, nº 200, CEP 01014-000, Centro da Capital Paulista, neste ato representada pela Coordenadora Geral de Administração, **Dra. Bruna Simões**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, da Lei Complementar Estadual nº 988/2006, e no artigo 14, do Ato Normativo DPG nº 100/2014, doravante designada **CONTRATANTE**;

E, de outro,

**(EMPRESA)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, situada na xxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, por intermédio de seu(a) representante legal, o(a) Senhor(a) xxxxxx, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante designada **CONTRATADA**

Pelo presente instrumento, celebrado com fundamento no **Pregão Eletrônico nº 058/2023**, realizado no bojo do Processo nº 2023/0019334, e devidamente adjudicado e homologado pela autoridade competente.

A presente contratação sujeitar-se-á à Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas aplicáveis, bem como às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DAS NORMAS DE REGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato será regido pelas disposições normativas abaixo indicadas, inclusive com relação às sanções nelas previstas, sem prejuízo das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie:

I - Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com as posteriores alterações;

II - Ato Normativo DPG nº 237, de 28 de março de 2023, que disciplina os procedimentos voltados ao processo administrativo sancionatório no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dá outras providências;

III - Ato Normativo DPG nº 100, de 23 de outubro de 2014, que disciplina os procedimentos voltados à aquisição de bens e à contratação de obras ou serviços, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, alterado pelo Ato Normativo DPG nº 223, de 27 de setembro de 2022;

IV - Ato Normativo DPG nº 194, de 31 de maio de 2021, que dispõe sobre a instituição do Sistema Eletrônico de Informações – SEI - no âmbito da Defensoria Pública do Estado, alterado pelo Ato Normativo DPG nº 220, de 9 de setembro de 2022;

V - Ato Normativo DPG nº 239, de 17 de abril de 2023, que dispõe sobre o marco temporal para realização de procedimentos licitatórios ou contratações diretas, fundamentados nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

**Parágrafo único.** Aplicar-se-á subsidiariamente, no que couberem, as disposições Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, com as posteriores alterações.

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas condicionadores de ar do tipo split hi-wall e split cassete, todos com tecnologia inverter, e bem como fornecimento e instalação de sistemas de ventilação mecânica com redes de dutos de insuflação de ar, incluindo a retirada parcial e posterior montagem dos forros atualmente instalados em dois espaços ocupados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo - DPESP - em sua sede administrativa, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência (**Anexo I**) e da proposta da CONTRATADA (**Anexo II**).

§1º - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

§2º - O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

O contrato terá vigência até a conclusão dos serviços, contados a partir da assinatura do contrato.

§1º O prazo de execução dos serviços será de 20 (vinte) dias, contados a partir da data estabelecida para o início dos serviços indicada na Ordem de Serviços.

§2º - Eventuais interrupções somente serão aceitas pela CONTRATANTE se devidamente comprovados os fatos causadores das ocorrências inviabilizadoras e se os mesmos não decorrerem, direta ou indiretamente, de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA

§3º - O prazo mencionado no *caput* poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no §1º do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo de aditamento, atendido o estabelecido no §2º do referido dispositivo legal.

§4º - Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser devidamente justificados pela Contratada e serão protocolados, antes do vencimento do prazo de execução, para serem submetidos à apreciação superior.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ser realizada nos locais indicados e em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência (**Anexo I**), correndo por conta da Contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

**Parágrafo único** - Os serviços serão recebidos conforme item 14 do Termo de Referência (**Anexo I**).

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DOS PREÇOS

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço de R\$ (valor por extenso), assim considerados:

Espaço para planilha

§1º - Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

§2º - Caso a Contratada seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário 1.760.20002, de classificação funcional programática 03.092.4200.5798.0000 e categoria econômica 33.90.39-80.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão total dos serviços e emitido o Termo de Recebimento, conforme Item 14 do TR (**Anexo I**), no prazo de 30 (trinta) dias (Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999), contado da data de entrada da nota fiscal/fatura no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), acompanhada do(s) respectivo(s) Termo(s) de Recebimento ou Recibo.

§1º - Para fins de envio da nota fiscal/fatura, a **CONTRATADA** deverá encaminhar os respectivos documentos de faturamento para o e-mail [dea@defensoria.sp.def.br](mailto:dea@defensoria.sp.def.br) ou por meio do processo correlato no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

§2º - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o *caput* começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções, a vista do Termo de Recebimento ou Recibo.

§3º - A nota fiscal também deverá ser emitida no formato "CSV", com envio do respectivo documento diretamente para o e-mail: [dofpagamentos@defensoria.sp.def.br](mailto:dofpagamentos@defensoria.sp.def.br).

§4º - O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

§5º - Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74, da Lei Paulista de Contratos Administrativos, bem como juros moratórios, estes à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", em relação ao atraso verificado.

§6º - Constitui condição para a realização do pagamento a inexistência de registros em nome da Contratada no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela Contratada, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

§7º - A CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

§8º - O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.

b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A Contratada deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) Mensalmente a Contratada deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a Contratada apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura à Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.



**CLÁUSULA OITAVA**  
**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

À Contratada, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I**, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

- I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
  - II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com a Contratante;
  - III - cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interferiram na execução dos serviços;
  - IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
  - V - dar ciência imediata e por escrito à Contratante de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
  - VI - prestar à Contratante, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;
  - VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da Contratante em seu acompanhamento;
  - VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993;
  - IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;
  - X - substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, após solicitação justificada formulada pela Contratante;
  - XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede da Contratante;
  - XII - apresentar, quando exigido pela Contratante, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da Contratada que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;
  - XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;
  - XIV - obedecer às normas e rotinas da Contratante, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;
  - XV - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades da Contratante, respeitando suas normas de conduta;
  - XVI - reexecutar os serviços sempre que solicitado pela Contratante, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;
  - XVII - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
  - XVIII - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
  - XIX – fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização.
- §1º** - A Contratada não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- §2º** - Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, ao Decreto Estadual nº 67.301/2022 e ao Decreto Estadual nº 67.684/2023, a Contratada se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:
- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
  - II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
  - III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
  - IV – no tocante a licitações e contratos:
    - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
    - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
    - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
    - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
    - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
    - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
    - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
  - V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- §3º** - A contratada se obriga a cumprir integralmente os ditames da Lei Federal 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), em especial:
- I - utilizar eventuais dados coletados exclusivamente na sua execução do contrato, vedada sua cessão para terceiros, ainda que para a execução do objeto da contratação, sem expressa anuência da Defensoria Pública;
  - II - cumprir, a todo momento, as leis de proteção de dados, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a Defensoria Pública, seus integrantes ou servidores/as em situação de violação das leis de proteção de dados;
  - III - comprometer-se a eliminar todos os dados coletados ao final da vigência da contratação, bem como adotar meios e sistemas de segurança de proteção ao acesso destes dados enquanto utilizados e não descartados;
  - IV - comprometer-se não se utilizar de quaisquer técnicas de modo a reverter os processos de anonimização ou pseudoanonimização dos dados obtidos em razão da contratação;
  - V - comunicar à Defensoria Pública, o mais breve possível, a ocorrência de qualquer incidente de segurança relacionado ao tratamento de dados pessoais objeto da contratação;
  - VI - responsabilizar-se por quaisquer multas impostas por autoridades de proteção de dados, relacionadas a este contrato, por violação da Lei Geral de Proteção de Dados;
  - VII - Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações relativas ao tratamento de Dados Pessoais, a contratada submeterá esse pedido à apreciação da Defensoria Pública;
  - VIII - A contratada não poderá, sem instruções prévias da Defensoria Pública, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a qualquer terceiro.

**§4º** - O descumprimento das obrigações previstas nos parágrafos desta Cláusula poderá submeter a Contratada à rescisão unilateral do contrato, a critério da Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que trata a Lei Federal nº 12.846/2013, o Decreto Estadual nº 67.301/2022 e o Decreto Estadual nº 67.684/2023.

#### **CLÁUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

À Contratante caberá:

- I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a Contratada;
- II - fornecer à Contratada todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;
- III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;
- IV - permitir aos técnicos e profissionais da Contratada acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A Contratante exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

**§1º** - A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da Contratada, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte da Contratante.

**§2º** - A ausência de comunicação, por parte da Contratante, referente a irregularidades ou falhas, não exime a Contratada do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no Anexo I.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO**

A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo único** - Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**Parágrafo único** - A Contratada reconhece desde já os direitos da Contratante nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a Contratada for sociedade cooperativa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO**

A inexecução total ou parcial do contrato, assim como a ocorrência de qualquer das hipóteses constantes no artigo 78 ensejará a rescisão, na forma definida no artigo 79, acarretando as consequências enumeradas no artigo 80, todos da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88, do mesmo diploma legal.

**§1º** - A Contratada sujeita-se à sanção prevista no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e subsidiariamente, às previstas nos artigos 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

**§2º** - As sanções de que tratam o *caput* e o §1º poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no Ato Normativo DPG nº 237, de 28 de março de 2023 (**Anexo III**), garantindo o exercício de prévia e ampla defesa, e deverão ser registradas no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções” ([www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br)), e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS” ([www.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis)).

**§3º** - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

**§4º** - A Contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas neste contrato e nos seus anexos.

**§5º** - A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, do Decreto Estadual nº 67.301, de 24 de novembro de 2022 e do Decreto nº 67.684, de 03 de maio de 2023, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**§6º** - A aplicação das penalidades não impede a Contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados decorrentes de quaisquer faltas cometidas pela Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

A autoridade competente dispensou a prestação de garantia para execução dos serviços objeto da presente contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica ajustado, ainda, que:

- I - Consideram-se elementos integrantes do CONTRATO, como se nele estivessem transcritos:
  - a) Termo de Referência (Anexo I);

- b) Proposta Comercial (Anexo II);
- c) Ato Normativo DPG nº 237, de 28 de março de 2023 (Anexo III);
- d) Ato Normativo DPG nº 239, de 17 de abril de 2023 (Anexo IV);
- e) Ato Normativo DPG nº 194, de 31 de maio de 2021 (Anexo V).

II. Aplicam-se às omissões deste Contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.

III. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

IV - A Contratada deverá, respeitando o Ato Normativo DPG nº 194, de 31 de maio de 2021, manter atualizado o seu cadastro junto ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, lido e achado conforme pela Contratada e pela Contratante, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**BRUNA SIMÕES**

**COORDENADORA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**CONTRATADA**

**NOME**

**CARGO**

**ANEXO X**

**MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

**(inserir apenas no caso de previsão de visita técnica)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023**

**PROCESSO Nº 2023/0019334**

**ATESTO** que o representante legal do(a) \_\_\_\_\_, interessado(a) em participar do Pregão Eletrônico nº 058/2023, Processo nº 2023/0019334, realizou nesta data visita técnica nas instalações do \_\_\_\_\_, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

A licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será executado o objeto da contratação.

[CIDADE], [DIA] de [MÊS] de [ANO]

**Nome da Empresa**

**Responsável**

**(nome/cargo/assinatura)**

**Servidor**

**(nome/cargo/assinatura)**

**ANEXO XI**

**ATO NORMATIVO DPG Nº 239, DE 17 DE ABRIL DE 2023**

Dispõe sobre o marco temporal para realização de procedimentos licitatórios ou contratações diretas, fundamentados nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Considerando a publicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, “Lei de Licitações e Contratos Administrativos”;

Considerando a faculdade prevista no art. 191, caput, bem como o prazo indicado no art. 193 da referida lei, com a alteração operada pela Medida Provisória nº 1.167, de 31 de março de 2023;

Considerando a necessidade de normatização interna acerca do ato administrativo que fixará o marco temporal para a realização de procedimentos licitatórios ou contratações diretas, fundamentados na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002;

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, com fundamento no art. 19, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual nº 988, de 09 de janeiro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º As contratações iniciadas no âmbito da Defensoria Pública do Estado até 29 de dezembro de 2023 poderão ser regidas pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 10.520/2002, desde que na manifestação de conveniência e oportunidade feita pelo/a Coordenador/a Geral de Administração ou Diretor/a da EDEPE, ou no termo de referência (ou projeto básico), devidamente aprovado pela autoridade competente, conste a opção pela legislação aplicável, e desde que a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023.

§1º Caso a conveniência e oportunidade já tenham sido declaradas até a data de publicação deste Ato, a opção deverá constar do termo de referência (ou projeto básico), que será aprovado pela autoridade competente.

§2º Fica vedada a combinação de regimes jurídicos em uma mesma contratação.

Art. 2º A partir de 1º de maio de 2023, a Defensoria Pública do Estado passará a aplicar gradativamente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em contratações específicas definidas em Portaria Conjunta, a ser emitida pela Assessoria Jurídica, pela Coordenadoria Geral de Administração - CGA e pela Escola da Defensoria Pública - EDEPE, continuando a aplicar nas demais contratações, até 29 de dezembro de 2023, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 3º Este ato deverá ser parte integrante de todos os editais lançados e contratos celebrados pela Defensoria Pública do Estado, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Ato Normativo DPG nº 236, de 21 de março de 2023, além das demais disposições em contrário.

Art. 5º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2023.

## ANEXO XII

### ATO NORMATIVO DPG Nº 194, DE 31 DE MAIO DE 2021

*Dispõe sobre a instituição do Sistema Eletrônico de Informações - SEI no âmbito da Defensoria Pública do Estado*

Considerando a importância de aumentar a celeridade na tramitação de documentos e processos administrativos e de reduzir o uso de insumos, custos operacionais e de armazenamento;  
Considerando a necessidade contínua de aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados, criando condições mais adequadas para a produção e utilização de informações;  
Considerando a necessidade de aprimoramento das ferramentas de transparência e acesso às informações;  
Considerando o projeto Defensoria Digital; e  
Considerando, por fim, a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 50/2020, em 23 de outubro de 2020, com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, com fundamento no art. 19, incisos I e XII, da Lei Complementar nº 988, de 09 de janeiro de 2006, RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

##### Seção I

##### Da Instituição do SEI no Âmbito da Defensoria Pública do Estado

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, para tramitação eletrônica de todos os processos administrativos relacionados à atividade-meio.

**Parágrafo único.** O SEI aplica-se aos processos administrativos da Corregedoria-Geral, Conselho Superior, Escola da Defensoria Pública - EDEPE e Ouvidoria-Geral.

**Art. 2º.** O SEI compreenderá:

I - o controle do protocolo, da tramitação e do arquivamento de documentos e processos;

II - a produção, o registro e a publicidade de atos processuais, observadas as hipóteses legais de sigilo ou publicidade restrita; e

III - o fornecimento de dados essenciais à gestão das informações necessárias aos órgãos de administração e controle.

**Parágrafo único.** O SEI estará disponível de forma ininterrupta, ressalvados os períodos de indisponibilidade ou manutenção.

##### Seção II

##### Dos/as Usuários/as Internos/as e Externos/as

**Art. 3º.** São considerados/as usuários/as internos/as do SEI todos/as os/as Defensores/as Públicos/as e Servidores/as da instituição.

**§ 1º.** O cadastro inicial de usuário/a interno/a é automático e será realizado no perfil básico pela Divisão de Gestão Documental – DGD do Departamento de Logística - DLO.

**§ 2º.** O cadastro é pessoal e intransferível e atribuirá nome de usuário/a e senha para acesso ao SEI.

**Art. 4º.** São considerados/as usuários/as externos/as os que, não pertencendo aos quadros da instituição, necessitem praticar atos no SEI.

**Parágrafo único.** O cadastro de usuário/a externo/a, também pessoal e intransferível, não é automático e será realizado após solicitação do/a interessado/a à DGD do DLO e preenchimento de formulário eletrônico próprio, na forma do Anexo I.

#### CAPÍTULO II

#### DO FUNCIONAMENTO DO SEI

##### Seção I

##### Da Tramitação dos Processos Físicos e Eletrônicos

**Art. 5º.** A partir da data de publicação deste Ato, todos os novos documentos e processos administrativos relacionados à atividade-meio da Defensoria Pública do Estado deverão ser elaborados no SEI.

**Parágrafo único.** Os documentos ou processos administrativos já existentes na data de publicação deste Ato poderão continuar a ser tramitados em meio físico até o seu encerramento.

**Art. 6º.** A critério do órgão da Defensoria Pública emissor do documento ou do que houver instaurado o processo administrativo físico e objetivando maior celeridade de tramitação, esses documentos ou processos poderão ser, parcial ou totalmente, digitalizados para o SEI em formato .pdf.

**§ 1º.** Na hipótese de digitalização parcial, o órgão responsável pela digitalização e inclusão no SEI deverá certificar no processo administrativo físico que, a partir daquela data, na forma do Anexo II, o processo administrativo passará a ser tramitado em formato digital no SEI.

**§ 2º.** Os processos eletrônicos instaurados na forma do caput deverão ser devidamente instruídos com cópias dos autos dos processos físicos de modo a permitir sua regular tramitação no SEI.

**§ 3º.** Os autos físicos remanescentes, neste caso, deverão ser mantidos sob guarda da área responsável pela digitalização, aguardando-se os prazos da tabela de temporalidade.

**§ 4º.** Na hipótese de digitalização total, o órgão responsável pela digitalização e inclusão no SEI deverá certificar, no processo administrativo físico, seu encerramento e indicar que, a partir daquela data, o processo administrativo passará a ser tramitado em formato digital no SEI, na forma do Anexo III.

**§ 5º.** No caso do § 4º, os autos físicos, com a respectiva certidão de encerramento, poderão ser encaminhados ao Arquivo Central para eliminação.

**§ 6º.** Os autos físicos remanescentes ou que, na forma do parágrafo único do art. 5º, continuem sua tramitação física deverão continuar a ser lançados no sistema SGPDOD, instituído pelo Ato Normativo DPG nº 21, de 24 de agosto de 2009, até que, na hipótese do caput, venham, se o caso, a ser digitalizados para o SEI.

##### Seção II

##### Da Assinatura Eletrônica

**Art. 7º.** O documento produzido no SEI terá garantia de integridade, autoria e autenticidade, mediante utilização de assinatura eletrônica ou com indicação de usuário/a e senha, ambas de uso pessoal e intransferível.

**Parágrafo único.** A autenticidade de documento gerado no SEI poderá ser verificada por meio de endereço na rede mundial de computadores, indicado na tarja de assinatura, ou de declaração de autenticidade no próprio documento, com uso de QR Code.

**Art. 8º.** Na impossibilidade de utilização de assinatura eletrônica pelo usuário/a interno/a, o documento poderá ser assinado em meio físico, hipótese em que caberá ao/a usuário/a a digitalização do documento e sua inserção no SEI, informando as razões para uso da assinatura física.

**Seção III**  
**Dos Atos Processuais**

**Art. 9º.** O horário oficial de Brasília/DF será considerado para fins de qualquer prazo no SEI.

Parágrafo único. Considerar-se-á realizado o ato no dia e hora:

- I - de seu recebimento no protocolo ou na unidade destinatária; ou
- II - de sua assinatura eletrônica.

**Art. 10.** O ato processual será considerado tempestivo quando praticado no SEI até às 23h (vinte e três horas), 59min (cinquenta e nove minutos) e 59s (cinquenta e nove segundos) do último dia do prazo.

**Art. 11.** O prazo que vencer em dia de indisponibilidade do SEI será prorrogado para o dia útil seguinte à solução do problema.

**§ 1º.** As indisponibilidades e datas de solução dos problemas serão amplamente divulgadas em área específica do portal da Defensoria Pública do Estado na rede mundial de computadores.

**§ 2º.** Nas hipóteses de indisponibilidade do SEI, admitir-se-á a tramitação por meio físico, desde que imprescindível ao cumprimento de prazo, obrigação legal ou regulamentar.

**§ 3º.** Cessada a indisponibilidade:

- I – em se tratando de processo em andamento, deverá ser realizada a tramitação em meio eletrônico pelo/a usuário/a que o praticou o ato em meio físico, indicando o ocorrido no processo;
- II – em se tratando de novos documentos, deverá o órgão receptor realizar sua tramitação em meio eletrônico, indicando o ocorrido no processo.

**Art. 12.** Eventuais dificuldades técnicas ou operacionais não imputáveis ao SEI não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos.

**Seção IV**  
**Das Responsabilidades**

**Art. 13.** É responsabilidade do/a usuário/a do SEI:

- I - assinar documento no processo administrativo apenas se possuir atribuição, de acordo com o cargo e órgão de lotação;
- II – contribuir, em seu órgão de lotação, para divulgação do conhecimento adquirido nas ações de capacitação relacionadas ao SEI;
- III - evitar a impressão de documentos físicos, zelando pela economicidade e responsabilidade socioambiental;
- IV - guardar sigilo de sua senha de acesso, que é pessoal e intransferível;
- V - manter cautela necessária na utilização do SEI visando a evitar que pessoas não autorizadas acessem e pratiquem atos no sistema; e
- VI - utilizar o SEI exclusivamente para o desempenho de suas atribuições funcionais.

**CAPÍTULO III**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Seção I**  
**Da Governança**

**Art.14.** Fica delegada à Coordenadoria Geral de Administração - CGA a governança do SEI no âmbito da Defensoria Pública do Estado.

**Art.15.** Competirá à CGA:

- I – elaborar instruções referentes ao uso e atuar como instância deliberativa na gestão do SEI;
- II - receber e propor à Defensoria Pública-Geral políticas, aquisições e normas garantidoras do adequado funcionamento do SEI; e
- III - encaminhar ao TRF4 as solicitações de melhorias e desenvolvimento de funcionalidades, bem como acompanhar o andamento dessas demandas.

**Parágrafo único.** A CGA deverá realizar consulta periódica a todos os órgãos da Administração Superior e à EDEPE visando a identificar e solucionar demandas específicas relacionadas ao funcionamento do SEI em cada órgão.

**Seção II**  
**Das Alterações dos Demais Atos Normativos Internos**

**Art. 16.** O artigo 13 do Ato Normativo DPG nº 100, de 23 de outubro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 13.....

I - .....

- a) cópia do ato constitutivo, do contrato social ou do estatuto social e cópia da última alteração, quando houver;

.....

- d) cópia dos documentos pessoais com foto do representante da empresa;

.....

II - .....

- a) cópia dos documentos pessoais com foto;
- b) em caso de nomeação de representante, cópia da procuração que outorgue poderes à pessoa que o representará;

....." (NR)

**Art. 17.** Os artigos 12, 13 e 22 do Ato Normativo DPG nº 45, de 21 de março de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 12.....

- I – Certidão atualizada da matrícula ou cópia, em que conste o proponente locador como proprietário;

.....

- IV – Certidão de inexistência de débito de IPTU atualizada ou cópia;

- V – Certidão de inexistência de débito condominial atualizada ou cópia emitida;

.....

- X – Cópias da cédula de identidade e documento de inscrição no CPF/MF do proponente locador, do seu representante legal ou do seu procurador;

....." (NR)

"Artigo 13.....

- I – Cópia do contrato social ou do estatuto social e cópia da última alteração, quando houver;

....." (NR)

"Artigo 22. ....

§2º.....

- I – Cópia do contrato social ou do estatuto social e cópia da última alteração, quando houver;

....." (NR)

**Seção III**  
**Da Vigência**

**Art. 18.** Aplica-se, no que couber, o Ato Normativo DPG nº 21, de 24 de agosto de 2009, que “regulamenta a gestão de processos e documentos administrativos no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dispõe sobre a utilização do Sistema de Gestão de Processos e Documentos (SGPDO)”.

**Art. 19.** O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Seção IV**  
**Das Disposições Transitórias**

**Art. 20.** Durante 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato, será permitido criar e tramitar novos documentos por e-mail ou meio físico, ficando facultada a aplicação do disposto no art.

5º.

**Parágrafo único.** Neste período, o SEI deverá ser consultado e, caso sejam recebidos novos processos administrativos, nele deverão ser tramitados.

## ANEXO XII

### ATO NORMATIVO DPG Nº 194, DE 31 DE MAIO DE 2021

*Dispõe sobre a instituição do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no âmbito da Defensoria Pública do Estado*

CONSIDERANDO a importância de aumentar a celeridade na tramitação de documentos e processos administrativos e de reduzir o uso de insumos, custos operacionais e de armazenamento;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados, criando condições mais adequadas para a produção e utilização de informações;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento das ferramentas de transparência e acesso às informações;

CONSIDERANDO o projeto Defensoria Digital; e

CONSIDERANDO, por fim, a celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 50/2020, em 23 de outubro de 2020, com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, com fundamento no art. 19, incisos I e XII, da Lei Complementar nº 988, de 09 de janeiro de 2006, RESOLVE:

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

#### Seção I

##### Da Instituição do SEI no Âmbito da Defensoria Pública do Estado

**Art. 1º.** Fica instituído, no âmbito da Defensoria Pública do Estado, o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, criado e cedido gratuitamente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, para tramitação eletrônica de todos os processos administrativos relacionados à atividade-meio.

**Parágrafo Único** – O SEI aplica-se aos processos administrativos da Corregedoria-Geral, Conselho Superior, Escola da Defensoria Pública – EDEPE e Ouvidoria-Geral.

**Art. 2º.** O SEI compreenderá:

I – o controle do protocolo, da tramitação e do arquivamento de documentos e processos;

II – a produção, o registro e a publicidade de atos processuais, observadas as hipóteses legais de sigilo ou publicidade restrita; e

III – o fornecimento de dados essenciais à gestão das informações necessárias aos órgãos de administração e controle.

**Parágrafo Único** – O SEI estará disponível de forma ininterrupta, ressalvados os períodos de indisponibilidade ou manutenção.

#### Seção II

##### Dos/as Usuários/as Internos/as e Externos/as

**Art. 3º.** São considerados/as usuários/as internos/as do SEI todos/as os/as Defensores/as Públicos/as e Servidores/as da instituição.

§ 1º - O cadastro inicial de usuário/a interno/a é automático e será realizado no perfil básico pela Divisão de Gestão Documental – DGD do Departamento de Logística - DLO.

§ 2º - O cadastro é pessoal e intransferível e atribuirá nome de usuário/a e senha para acesso ao SEI.

**Art. 4º.** São considerados/as usuários/as externos/as os que, não pertencendo aos quadros da instituição, necessitarem praticar atos no SEI.

**Parágrafo Único** – O cadastro de usuário/a externo/a, também pessoal e intransferível, não é automático e será realizado após solicitação do/a interessado/a à DGD do DLO e preenchimento de formulário eletrônico próprio, na forma do Anexo I.

## CAPÍTULO II

### DO FUNCIONAMENTO DO SEI

#### Seção I

##### Da Tramitação dos Processos Físicos e Eletrônicos

**Art. 5º.** A partir da data de publicação deste Ato, todos os novos documentos e processos administrativos relacionados à atividade-meio da Defensoria Pública do Estado deverão ser elaborados no SEI.

**Parágrafo Único** – Os documentos ou processos administrativos já existentes na data de publicação deste Ato poderão continuar a ser tramitados em meio físico até o seu encerramento.

**Art. 6º.** A critério do órgão da Defensoria Pública emissor do documento ou do que houver instaurado o processo administrativo físico e objetivando maior celeridade de tramitação, esses documentos ou processos poderão ser, parcial ou totalmente, digitalizados para o SEI em formato .pdf.

§1º - Na hipótese de digitalização parcial, o órgão responsável pela digitalização e inclusão no SEI deverá certificar no processo administrativo físico que, a partir daquela data, na forma do Anexo II, o processo administrativo passará a ser tramitado em formato digital no SEI.

§2º - Os processos eletrônicos instaurados na forma do caput deverão ser devidamente instruídos com cópias dos autos dos processos físicos de modo a permitir sua regular tramitação no SEI.

§3º - Os autos físicos remanescentes, neste caso, deverão ser mantidos sob guarda da área responsável pela digitalização, aguardando-se os prazos da tabela de temporalidade.

§4º - Na hipótese de digitalização total, o órgão responsável pela digitalização e inclusão no SEI deverá certificar, no processo administrativo físico, seu encerramento e indicar que, a partir daquela data, o processo administrativo passará a ser tramitado em formato digital no SEI, na forma do Anexo III.

§5º - No caso do §4º, os autos físicos, com a respectiva certidão de encerramento, poderão ser encaminhados ao Arquivo Central para eliminação.

§6º - Os autos físicos remanescentes ou que, na forma do parágrafo único do art. 5º, continuem sua tramitação física deverão continuar a ser lançados no sistema SGPDOC, instituído pelo Ato Normativo DPG nº 21, de 24 de agosto de 2009, até que, na hipótese do caput, venham, se o caso, a ser digitalizados para o SEI.

## Seção II

### Da Assinatura Eletrônica

**Art. 7º.** O documento produzido no SEI terá garantia de integridade, autoria e autenticidade, mediante utilização de assinatura eletrônica ou com indicação de usuário/a e senha, ambas de uso pessoal e intransferível.

**Parágrafo Único** - A autenticidade de documento gerado no SEI poderá ser verificada por meio de endereço na rede mundial de computadores, indicado na tarja de assinatura, ou de declaração de autenticidade no próprio documento, com uso de QR Code.

**Art. 8º.** Na impossibilidade de utilização de assinatura eletrônica pelo usuário/a interno/a, o documento poderá ser assinado em meio físico, hipótese em que caberá ao/à usuário/a a digitalização do documento e sua inserção no SEI, informando as razões para uso da assinatura física.

## Seção III

### Dos Atos Processuais

**Art. 9º.** O horário oficial de Brasília/DF será considerado para fins de qualquer prazo no SEI.

**Parágrafo Único** – Considerar-se-á realizado o ato no dia e hora:

I – de seu recebimento no protocolo ou na unidade destinatária; ou

II – de sua assinatura eletrônica.

**Art. 10.** O ato processual será considerado tempestivo quando praticado no SEI até às 23h (vinte e três horas), 59min (cinquenta e nove minutos) e 59s (cinquenta e nove segundos) do último dia do prazo.

**Art. 11.** O prazo que vencer em dia de indisponibilidade do SEI será prorrogado para o dia útil seguinte à solução do problema.

§1º - As indisponibilidades e datas de solução dos problemas serão amplamente divulgadas em área específica do portal da Defensoria Pública do Estado na rede mundial de computadores.

§2º - Nas hipóteses de indisponibilidade do SEI, admitir-se-á a tramitação por meio físico, desde que imprescindível ao cumprimento de prazo, obrigação legal ou regulamentar.

§3º - Cessada a indisponibilidade:

I – em se tratando de processo em andamento, deverá ser realizada a tramitação em meio eletrônico pelo/a usuário/a que o praticou o ato em meio físico, indicando o ocorrido no processo;

II – em se tratando de novos documentos, deverá o órgão receptor realizar sua tramitação em meio eletrônico, indicando o ocorrido no processo.

**Art. 12.** Eventuais dificuldades técnicas ou operacionais não imputáveis ao SEI não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações e prazos.

## Seção IV

### Das Responsabilidades

**Art. 13.** É responsabilidade do/a usuário/a do SEI:

I - assinar documento no processo administrativo apenas se possuir atribuição, de acordo com o cargo e órgão de lotação;

II – contribuir, em seu órgão de lotação, para divulgação do conhecimento adquirido nas ações de capacitação relacionadas ao SEI;

III – evitar a impressão de documentos físicos, zelando pela economicidade e responsabilidade socioambiental;

IV – guardar sigilo de sua senha de acesso, que é pessoal e intransferível;

V – manter cautela necessária na utilização do SEI visando a evitar que pessoas não autorizadas acessem e pratiquem atos no sistema; e

VI – utilizar o SEI exclusivamente para o desempenho de suas atribuições funcionais.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

## Seção I

### Da Governança

**Art.14.** Fica delegada à Coordenadoria Geral de Administração - CGA a governança do SEI no âmbito da Defensoria Pública do Estado.

**Art.15.** Competirá à CGA:

I – elaborar instruções referentes ao uso e atuar como instância deliberativa na gestão do SEI;

II – receber e propor à Defensoria Pública-Geral políticas, aquisições e normas garantidoras do adequado funcionamento do SEI; e

III – encaminhar ao TRF4 as solicitações de melhorias e desenvolvimento de funcionalidades, bem como acompanhar o andamento dessas demandas.

**Parágrafo Único** – A CGA deverá realizar consulta periódica a todos os órgãos da Administração Superior e à EDEPE visando a identificar e solucionar demandas específicas relacionadas ao funcionamento do SEI em cada órgão.

## Seção II

### Das Alterações dos Demais Atos Normativos Internos

**Art. 16.** O artigo 13 do Ato Normativo DPG nº 100, de 23 de outubro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 13.....

I - .....

a) cópia do ato constitutivo, do contrato social ou do estatuto social e cópia da última alteração, quando houver;

.....

d) cópia dos documentos pessoais com foto do representante da empresa;

.....

II - .....

a) cópia dos documentos pessoais com foto;

b) em caso de nomeação de representante, cópia da procuração que outorgue poderes à pessoa que o representará;

....." (NR)

**Art. 17.** Os artigos 12, 13 e 22 do Ato Normativo DPG nº 45, de 21 de março de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Artigo 12.....

I – Certidão atualizada da matrícula ou cópia, em que conste o proponente locador como proprietário;

.....

IV – Certidão de inexistência de débito de IPTU atualizada ou cópia;

V – Certidão de inexistência de débito condominial atualizada ou cópia emitida;

.....

X – Cópias da cédula de identidade e documento de inscrição no CPF/MF do proponente locador, do seu representante legal ou do seu procurador;

....." (NR)

"Artigo 13.....

I – Cópia do contrato social ou do estatuto social e cópia da última alteração, quando houver;

....." (NR)

"Artigo 22. ....

§2º.....

I – Cópia do contrato social ou do estatuto social e cópia da última alteração, quando houver;

....." (NR)

Seção III

Da Vigência

**Art. 18.** Aplica-se, no que couber, o Ato Normativo DPG nº 21, de 24 de agosto de 2009, que “regulamenta a gestão de processos e documentos administrativos no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e dispõe sobre a utilização do Sistema de Gestão de Processos e Documentos (SGPDOC)”.

**Art. 19.** O presente Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Seção IV

Das Disposições Transitórias

**Art. 20.** Durante 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato, será permitido criar e tramitar novos documentos por e-mail ou meio físico, ficando facultada a aplicação do disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Neste período, o SEI deverá ser consultado e, caso sejam recebidos novos processos administrativos, nele deverão ser tramitados.

### ANEXO XIII

#### REQUERIMENTO DE CADASTRO COMO USUÁRIO/A EXTERNO/A, DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA, VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS ENVIADOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2023**

**PROCESSO Nº 2023/0019334**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**RG:** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

Por meio deste documento, formalizo meu requerimento de cadastro como usuário/a externo/a no SEI-DPESP e DECLARO aceitar as condições que disciplinam o processo eletrônico no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e responsabilizando-me pelo uso indevido nas esferas civil, administrativa e penal.

DECLARO, ainda, que os documentos e o endereço por mim enviados são verdadeiros, sendo de minha inteira responsabilidade:

I – o sigilo da senha de acesso, que é pessoal e intransferível, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II – as condições de minha rede de comunicação, o acesso a meu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transações eletrônicas;

III – a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de solicitação de cadastro de usuário/a externo/a e aqueles contidos nos documentos enviados para o endereço eletrônico [sei@defensoria.sp.def.br](mailto:sei@defensoria.sp.def.br);



IV – a confecção dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;

V – o acesso ao endereço eletrônico [www.defensoria.sp.def.br/sei](http://www.defensoria.sp.def.br/sei) para obter informações sobre como utilizar o SEI-DPESP, sobre recomendações e regulamentações de utilização do sistema e sobre períodos de manutenção programada ou qualquer outro tipo de indisponibilidade;

VI – a observância de que os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário/a externo/a.

Tenho CIÊNCIA de que o cadastro não implica disponibilização de acesso a qualquer processo ou ato, que será objeto de análise pela área responsável, e de que os meus dados pessoais serão tratados nos termos dos arts. 7º, incisos II, V, VI, e 11, inciso II, alíneas 'a', 'b' e 'd', da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do/a Usuário/a

(assinar conforme consta do documento de identificação civil enviado por e-mail em conjunto com esta declaração)

Junto com essa declaração digitalizada e assinada devem ser enviadas cópias digitalizadas dos originais dos seguintes documentos:

Documento pessoal que contenha número de CPF, assinatura, RG e órgão expedidor;

Comprovante de endereço atualizado em nome do/a solicitante.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Henrique Menneh, Diretor Técnico do Departamento de Licitações**, em 30/11/2023, às 10:34, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade\\_documento](https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento) informando o código verificador **0700340** e o código CRC **D52BA9AB**.

Rua Líbero Badaró, 616 5.º andar - Bairro Centro - CEP 01008-000 - São Paulo - SP - [www.defensoria.sp.def.br](http://www.defensoria.sp.def.br)

2023/0019334

DAOS DLI - 0700340v10